

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CYNTHIA SAGAZ BERTO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A SUPREMACIA DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER
TEMPORÁRIO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS

2018

CYNTHIA SAGAZ BERTO

PROJETO DE PESQUISA

**A SUPREMACIA DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER
TEMPORÁRIO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para a
obtenção do Título de Licenciado em
Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof. Dr^a. Jocemara Triches

FLORIANÓPOLIS

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Berto, Cynthia Sagaz

A SUPREMACIA DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA CATARINA / Cynthia Sagaz Berto; orientadora, Jocemara Triches - Florianópolis, SC, 2018.

72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Graduação em Ciências Biológicas.

Inclui referências

1. Ciências Biológicas. 2. Professores temporários na REESC. I. Triches, Jocemara. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Biológicas. III. Título.

CYNTHIA SAGAZ BERTO

**A SUPREMACIA DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA
CATARINA**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Biológicas e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Biológicas.

Florianópolis, 19 de junho de 2018.

Prof. Dr. Carlos Roberto Zanetti
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Jocemara Triches
Orientadora
(EED/CED/UFSC)

Prof.^a Dr.^a Patricia Montanari Giraldi
Banca titular
(MEN/CED/UFSC)

Prof. Dr. Marcos Edgar Bassi
Banca titular
(EED/CED/UFSC)

Me. Davi Henrique Correia de Codes
Suplente
(PPGE/UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, se há alguém a quem devo agradecer pela pessoa que sou hoje, agradeço a vocês, meus pais. Aqueles que sempre me apoiaram na realização dos meus sonhos, desde o início da vida até hoje. Agradeço também ao meu companheiro e parceiro de vida, pela paciência, incentivo e generosidade de sempre. E aos meus familiares, por sempre torcerem por mim.

À minha amiga, Julya Cristina dos Santos, que conheci na faculdade e que levarei para toda a vida, ela que nunca mediu esforços para me apoiar, e em partilhar das minhas tristezas, angústias e alegrias ao longo desta e de outras fases da minha vida.

Gratidão e admiração a minha querida orientadora, Jocemara Triches, que me acolheu desde o início, na construção do projeto até o final deste trabalho. Obrigada pela sua paciência e delicadeza em indicar os caminhos corretos a seguir.

Aos professores da banca: Davi Codes, Marcos Edgar Bassi e Patricia Montanari Giraldi. Agradeço por aceitarem o convite e se dedicarem à leitura do meu trabalho. Gratidão ao Prof. Marcos pela disponibilidade e contribuições, a Prof. Patrícia pela generosidade, humildade e a prontidão em me ajudar sempre que preciso e aos professores Carolina Merenda Puerto e Davi que leram e avaliaram o meu projeto.

Agradeço à todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista e por tornar estes cinco anos tão especiais.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a prática de contratação temporária de docentes para a Educação Básica na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina, buscando compreender a temporariedade de docentes enquanto prática política do poder público na educação e a sua relação com o processo de precarização do trabalho e desvalorização docente. Entre as questões de pesquisa está: Como tem se dado a contratação temporária nos últimos anos na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (REESC)? Trata-se de uma pesquisa quanti e qualitativa, do tipo exploratório, com revisão bibliográfica e análises de dados estatísticos. Para tanto foi necessário inicialmente mapear produções acadêmicas da área referente à temática, buscando pelas possíveis implicações desta prática de contratação de professores da educação pública brasileira e da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina, dentro de uma década, entre os anos de 2007 a 2017. No segundo momento foi feito um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional, a partir do Censo da Educação Básica divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na seção *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. A partir das leituras e da análise dos dados, conclui-se que: há uma supremacia, ou seja, predomínio de docentes temporários ao invés de professores efetivos; Santa Catarina tem os números mais elevados de professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT) entre os estados do Sul do Brasil; o maior problema enfrentado nas escolas estaduais na quantidade de ACT está nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o elevado número de ACT nas escolas estaduais em Florianópolis e São José é antigo e permanente; por fim, esse tipo de contratação de professores tem contribuído para um processo de precarização do trabalho, da qualidade na educação e desvalorização docente.

Palavras-chave: Professores Admitidos em Caráter temporário (ACT). Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Educação Básica. Precarização do trabalho docente.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1 – Mapa de Santa Catarina indicando o número populacional de dois municípios mais populosos para cada mesorregião.....	46
GRÁFICO 1 – Distribuição das pesquisas acadêmicas referentes aos professores temporários em uma década (2007 a 2017)	28
GRÁFICO 2 – Média percentual da quantidade de efetivos e ACT, na REESC, por município selecionado, entre os anos de 2011 a 2017	47
GRÁFICO 3 – Quantidade de professores efetivos e ACT no Ensino Fundamental e Ensino Médio na REESC no município de Joinville, entre os anos de 2011 a 2017 .	53
GRÁFICO 4 - Quantidade de professores efetivos e ACT no Ensino Fundamental e Ensino Médio na REESC no município de Florianópolis, entre os anos de 2011 a 2017	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número populacional dos dois municípios mais populosos para cada mesorregião de Santa Catarina, 2017.....	16
TABELA 2 – Trabalhos Acadêmicos selecionados sobre Professores ACT, 2011 – 2017	24
TABELA 3 - Quantidade total de professores efetivos e temporários das Redes Estaduais de Educação Básica da Região Sul do Brasil, entre os anos de 2011 a 2017	41
TABELA 4 – Quantidade total de professores efetivos e temporários na Educação Básica da REESC, entre os anos de 2011 a 2017	42
TABELA 5 – Número de Matrículas na Educação Básica e Escolas de Santa Catarina, por diferentes redes de ensino, com a quantidade total, entre os anos de 2011 a 2017	43
TABELA 6 – Quantidade de professores efetivos e temporários da Educação Básica da REESC nos municípios mais populosos das Mesorregiões de Santa Catarina, entre os anos de 2011 a 2017	48
TABELA 7 – Quantidade de Matrículas na Educação Básica da Rede Estadual nos municípios estudados, entre os anos de 2011 a 2017	50
TABELA 8 – Quantidade de professores efetivos e temporários para cada etapa de ensino da Educação Básica da REESC nos municípios mais populosos das Mesorregiões de Santa Catarina, entre os anos de 2011 a 2017	52
TABELA 9 – Percentual de docentes por Indicador de Esforço Docente na REESC, entre os anos de 2013 a 2016.....	58
TABELA 10 – Percentual de escolas segundo faixa do Indicador de Regularidade Docente (IRD) na REESC, entre os anos de 2013 a 2016.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Admitidos em Caráter Temporário

ALISC – Associação dos Licenciados de Santa Catarina

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CNE – Conselho Nacional de Educação

EM – Ensino médio

F1 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

F2 – Anos Finais do Ensino fundamental (6º ao 9º ano)

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GERED – Gerências Regionais de Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRD – Indicador de Regularidade do Docente

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEE – Plano Estadual de Educação

PIBID – Bolsas de Iniciação à Docência

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido Trabalhista Cristão

PSBD – Partido da Social Democracia Brasileira

PSD – Partido Social Democrático

PSS – Processo Seletivo Simplificado

PST – Prestação de Serviço Temporário

REESC – Rede Estadual de Educação de Santa Catarina

SDR/SC – Secretarias de Desenvolvimento Regionais

SEED-SC – Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina

STF – Supremo Tribunal Federal

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Santa Catarina e Rede Pública Estadual	15
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Recorte Metodológico da Pesquisa	20
1.4 Organização do Texto	21
2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO BRASIL	23
2.1 Mudanças no Mundo do Trabalho e os reflexos sobre a Educação Pública atual	29
2.2 A situação dos Professores Temporários sob um panorama nacional	30
2.3 O Professor Temporário de Santa Catarina	32
2.4 Implicações das contratações temporárias de docentes para Educação	35
3 DOCENTE TEMPORÁRIO NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: ANÁLISE DE DADOS	39
3.1 O professor ACT por mesorregiões de Santa Catarina	45
3.2 Precarização do trabalho docente na REESC	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este trabalho despertou minha curiosidade no final de 2014, durante o curso de Ciências Biológicas, Licenciatura, na disciplina de Organização Escolar, quando nos foi proporcionado um momento de conversa com a diretora de uma grande Escola Estadual localizada no centro de Florianópolis. Na ocasião, a diretora foi questionada sobre o maior problema enfrentado naquele momento na escola e a resposta foi: “a rotatividade de professores ACT [Admitidos em Caráter Temporário]”. Desde então, tenho grande interesse em pesquisar mais a fundo sobre os interesses e implicações que estão por trás desta problemática: a contratação de professores temporários, também denominado em alguns lugares como professores substitutos.

Durante a minha trajetória na graduação obtive uma segunda aproximação com a temática quando ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na Biologia, no qual pude presenciar a realidade da escola e dos professores, tanto efetivos quanto temporários. Nesta ocasião, chamou me atenção a dificuldade da supervisora e também professora ACT de Biologia em pensar projetos educativos para os próximos anos, pois não sabia se ali permaneceria no ano seguinte, após o término do seu contrato, que na época era de apenas um ano. Além de presenciar reclamações frequentes por parte dos colegas de graduação a respeito da realidade cruel dos professores observada nos estágios e das experiências nas escolas.

A partir do tema, professores ACT, várias inquietações foram surgindo ao ponto de querer pesquisar o assunto no trabalho de conclusão de curso na graduação. Entre as questões desta pesquisa destaco: Como tem se dado a contratação temporária nos últimos anos na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina (REESC)? Há mudanças de uma região para outra e ao longo dos anos dentro da mesma Rede? Contratos temporários se relacionam com a desvalorização docente? Contribui para um trabalho mais precarizado? Quais são as consequências deste movimento oscilatório para a ação pedagógica? A rotatividade de professores dificulta contrair vínculos com os alunos? Em que etapa do ensino na educação básica, tem mais professor ACT? Quais os interesses e implicações por trás do alto número de contratos temporários?

Para responder essas perguntas é necessário compreender as políticas educacionais e as mudanças no mundo do trabalho, que afetam o chão da escola. Nesta direção, segundo Maciel e Previtali (2012), com a introdução do taylorismo, como modo de produção, surge o conceito de operário-massa, aumento da produtividade e com racionalização do tempo. A partir deste modelo, percebeu-se que era preciso acelerar ainda mais a produção, o fordismo surge como uma organização que resultou na intensificação do trabalho. A partir da crise no sistema capitalista internacional dos anos 1960, surgiu um novo modelo econômico, com grande concentração de capital e com menos intervenção do estado. Neste contexto, foi necessário ajustar os trabalhadores para seguir as necessidades do modo de produção capitalista. As mesmas autoras completam:

Os sistemas de administração gerencial taylorismo e fordismo apresentam como características comuns: a intensificação do ritmo de trabalho, racionalização do tempo, hierarquização, fragmentação do processo de trabalho, que geram o trabalho como fator de negação da potencialidade humana e por conseguinte causa manifestações de alienação no sentido de alheamento e desumanização dos trabalhadores (PREVITALI; MACIEL, 2012, p.115).

Na mesma perspectiva, de acordo com Antunes e Alves (2004) nas décadas passadas, com o desenvolvimento da reestruturação produtiva do capital, ou seja, o processo de consolidação do modelo flexível do trabalho. Este processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva teve sua inserção no mundo capitalista a partir da terceira revolução industrial e ao processo de implementação do neoliberalismo¹ enquanto sistema econômico. E está diretamente associada a formas de trabalhos instáveis, como terceirizados, temporários, informais, presentes nos mais diversos ramos da produção, inclusive na educação, e implicando nas diversas modalidades de trabalho precarizado (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Os mesmos autores também apontam que houve um aumento significativo do trabalho feminino, ainda assim, com salários mais baixos e direitos desiguais; e a crescente exclusão dos jovens, que por “muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural”.

Essa conjuntura de mudanças econômicas e políticas trouxeram reformas no aparelho de Estado, surgiu um novo modelo de administração pública gerencial,

¹ Segundo Alves (2002) os contornos do mundo do trabalho no Brasil nos anos 1990, período denominado de “década neoliberal”, ocorreu o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, o toyotismo, e o surgimento de um novo e precário mundo do trabalho.

voltadas para os moldes da iniciativa privada, através das criações de novas formas de trabalho, buscando a redução de custos trabalhistas e previdenciários, privatizando e flexibilizando o trabalho. Os novos mecanismos de ajuste do trabalho e a redefinição do papel do Estado nas políticas sociais tiveram, por consequência, as reformas das últimas décadas do século XX no Brasil. Estes ajustes atingiram os diversos setores, inclusive o setor da educação pública, tradicionalmente alvo de disputas e interesses de toda ordem. Os profissionais da área foram obrigados a se ajustarem as novas políticas educacionais, novas formas de gestão, organização e a sua própria atuação profissional (MACIEL; PREVITALI, 2012).

No campo educacional, segundo Shiroma e Evangelista (2003), quando Fernando Henrique Cardoso (PSDB) assumiu o governo em 1995, teve que lidar com a crise educacional delineada no governo Collor (PRN), mas também influenciada pelas políticas neoliberais no país. A fim de acompanhar as tendências neoliberais mundiais, o governo desencadeou a reforma educacional, no qual se caracterizou num tipo de intervenção estatal de forte caráter privatista e flexível. As autoras afirmam que “ao se falar em privatização está-se referindo, particularmente, à construção de uma mentalidade em que os interesses privados — sejam eles do grande capital ou de grupos — sobrepõem-se aos interesses coletivos” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2003, p. 18). O que se viu na década de 1990 foi um longo período de precarização das políticas sociais, entre elas, a educação, inclusive com perdas salariais do funcionalismo público, não realização de concursos públicos, ampliação de vagas em instituições privadas de educação básica e superior.

No estado de Santa Catarina o impacto das políticas educacionais, especialmente vinculadas aos profissionais da educação, não foi diferente. Ao longo das últimas décadas, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (SEED-SC) tem completado o quadro de magistério da rede pública estadual com um grande número de professores admitidos em caráter temporário (ACT). Ao que tudo indica, esta modalidade tornou-se uma prática comum ao longo dos anos nesta rede de ensino (BASSI; DEBOVI; SANDRINI, 2012).

SEKI *et al* (2017) explicam que esta forma de contratação temporária recebe várias denominações em diferentes regiões do Brasil. Por exemplo, em Santa Catarina são denominados de Admitidos em Caráter Temporário (ACT), na Bahia de Prestação de Serviço Temporário (PST), no Rio Grande do Sul chamado de

Contratação Temporária, em São Paulo Categoria O e no Paraná, de Processo Seletivo Simplificado (PSS), entre outros.

Sabe-se que, para além desta Rede de Ensino em questão, o problema se estende a todo o Brasil, visto que a contratação temporária atinge a vida de quase um milhão (41%) de docentes que atuam na Educação Básica no país (SEKI *et al*, 2017). Dados mais recentes da Sinopse Estatística da Educação Básica, obtidos no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), evidenciam que no ano de 2017 o país apresentou uma quantidade de 240.239 professores temporários e 436.202 professores efetivos, para atuar na educação básica (BRASIL, 2018).

Esta situação revela faces da precarização do trabalho docente e retrata a realidade da estrutura educacional brasileira (SEKI *et al*, 2017). Segundo Fernandes (2010, p.1) a precarização do trabalho “refere-se ao surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho”. Também analisa que a precarização do trabalho dos professores tem relação direta com as condições de trabalho destes profissionais².

Tal prática de contratação torna-se permitida a partir da legislação nacional e estimulada pelo contexto acima relatado. A Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada em 1988 e em vigor (BRASIL, 1988), define no inciso II do Artigo 37 que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos”. Contudo, deixa brechas para a legalidade desta forma de contratação temporária, quando no inciso IX, aponta que “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público” (BRASIL, 1988). Situação que reflete no aumento dos contratos temporários e que demonstra a gravidade das mudanças que vêm sendo operadas no trabalho docente no Brasil. São mudanças voltadas a produzir um novo perfil profissional, assumido as fragilidades contratuais.

Estudos nesta temática se fazem necessários tendo em vista as mudanças que estão acontecendo na organização e no trabalho da educação pública em todo

² No caso dos professores, trabalho precarizado é caracterizado por baixos salários, perda de direitos trabalhistas, aumento na jornada de trabalho, falta de reconhecimento social, fragmentação do trabalho docente, recursos limitados, condições ruins de trabalho, entre outros (NAUROSKI, 2014)

o país. Nesta perspectiva, os resultados deste tipo de pesquisa podem contribuir para compreender as implicações desta prática, especialmente no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem e como possibilidade de contribuir para implantação de políticas públicas que visem promover a valorização do magistério público brasileiro. Cabe destacar aqui o recorte desta pesquisa, que visou estudar a contratação de professores ACT para atuação na educação básica na REESC.

1.1 SANTA CATARINA E A REDE PÚBLICA ESTADUAL

Nesta seção, por entender a importância de conhecer um pouco de Santa Catarina e a rede em estudo, apresento algumas informações, dados recentes, alguns aspectos da estrutura organizacional e Legislação federal e estadual que regulamentam a contratação de professores ACT.

Santa Catarina é um Estado pequeno em termos territoriais, com uma área de 95,7 mil quilômetros quadrados, o que representa pouco mais de 1% do território brasileiro, sendo o menor estado do Sul do Brasil (SANTA CATARINA, 2018). Possui 295 municípios, que são divididos em mesorregiões: Norte Catarinense, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Oeste Catarinense, Sul Catarinense e Serrana. Segundo estimativa de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de SC chegou a 7.001.161 habitantes (BRASIL, 2017) e os dois municípios mais populosos de cada mesorregião estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Número populacional dos dois municípios mais populosos para cada mesorregião de Santa Catarina, 2017.

Mesorregiões – SC	Municípios	Nº populacional	%
Norte Catarinense	Joinville	577.077	8,24
	Jaraguá do Sul	170.835	2,44
Grande Florianópolis	Florianópolis	485.838	6,93
	São José	239.718	3,42
Vale do Itajaí	Blumenau	348.513	4,97
	Itajaí	212.615	3,03
Oeste Catarinense	Chapecó	213.279	3,04
	Caçador	77.323	1,10
Sul Catarinense	Criciúma	211.369	3,01
	Tubarão	104.457	1,49
Serrana	Lages	158.508	2,26
	Curitibanos	39.566	0,56

Fonte: Elaboração própria, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017 (BRASIL, 2017a).

Na intenção de conhecer mais destes municípios que compõe as mesorregiões, apresento seus contextos econômicos. Ressalto primeiramente para Florianópolis, capital do estado, no qual obteve em 2017 uma população de 485.838 habitantes, representando 6,93% quando comparada a população total do estado. A economia da capital tem destaque nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil. No Norte Catarinense está Joinville que apresenta a maior população do estado, e Jaraguá do Sul, consideradas pólos tecnológico. Os municípios mais populosos do Oeste Catarinense são Chapecó e Caçador, estes concentram suas atividades na produção alimentar e de móveis. O Planalto Serrano possui indústrias de papel, celulose e de madeira, e seus representantes são os municípios de Lages e Curitibanos. Já o Sul Catarinense, sendo os municípios de Criciúma e Tubarão, destaca-se pelo segmento do vestuário. Por fim, os municípios de Blumenau e Itajaí, ambos do Vale Itajaí, conhecidos pela indústria têxtil (SANTA CATARINA, 2018).

O atual governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), em 2010 foi eleito vice-governador ao lado do governador Raimundo Colombo (PSD). Em 2014 foi reeleito, e em abril de 2018, após o ex-governador Raimundo Colombo renunciar, assumiu o cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

No caso da Secretaria de Educação, quem vem ocupando o cargo de secretária da educação é Simone Schramm, formada em pedagogia e administração escolar. Antes dela, esteve à frente desta secretaria, Eduardo Deschamps (PSD), nascido em Blumenau, com formação na graduação, mestrado e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor titular da Universidade Regional de Blumenau (FURB) desde 1990, onde ocupou os cargos de: Chefe do Departamento e Coordenador do Colegiado de Curso de Engenharia Elétrica, Diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau, Reitor e Presidente da FURB. Em fevereiro de 2012 assumiu o cargo de secretário da educação, onde permaneceu por bastante tempo, até início deste ano, inclusive chegando atualmente a presidência do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A SED/SC possui 36 Gerências Regionais de Educação (GEREDs). Esta organização por gerências caracteriza a estrutura administrativa do estado, onde possui 36 Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs/SC). No caso dos municípios escolhidos para análise desta pesquisa, eles fazem parte das gerências: 4^a Chapecó, 10^a Caçador, 11^a Curitibanos, 15^a Blumenau, 17^a Itajaí, 19^a Tubarão, 20^a Criciúma, 22^a Joinville, 23^a Jaraguá do Sul, 26^a Lages. A antiga GERED 18^a mudou para Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis (COREF).

A REESC no ano de 2017, segundo dados do MEC/INEP, obteve um total de 514.368 matrículas na educação básica, sendo 486.452 em áreas urbanas e 27.916 em áreas rurais. Os anos iniciais do Ensino Fundamental, neste mesmo ano, apresentaram maior número de matrículas entre as etapas de ensino da REESC. Esses estudantes estavam distribuídos em 1.286 estabelecimentos de ensino da REESC, incluindo na área urbana e rural. Neste mesmo ano, o seu contingente de profissionais docentes era composto por 9.520 efetivos e 15.147 temporários (BRASIL, 2018).

Com relação aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, a REESC apresentou duas realidades: de um lado, os anos iniciais do ensino fundamental com bons resultados, com média de 5,9; no outro, um cenário de reprovação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, no qual ficaram abaixo das expectativas do governo federal. A situação do Ensino

Médio se agrava por apresentar a segunda queda consecutiva, em 2013 e 2015 (BRASIL, 2015).

Com relação ao tema de estudo – professores ACT na REESC –, Sousa (1994) expõe que a história dos ACT em Santa Catarina está diretamente ligada ao surgimento da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), em 1966, que lutavam por modificações nas relações de trabalho entre o Estado e os professores. Em 1972, centenas de docentes licenciados ganharam uma ação na justiça no qual contestavam a forma de sua contratação pelo estado. No final da década de 1970 foi realizado o primeiro concurso público para os chamados *professores designados*, estes eram contratados por aula dada, por período determinado e sem direito de usufruir os benefícios do cargo efetivo, isto é, os atuais profissionais ACT.

A flexibilização de leis e contratos trabalhistas em décadas passadas atingiram também os docentes da REESC, de acordo com Sousa (1994, p. 178) “a precariedade da escola pública se acentua a partir de 1985, particularmente pela rotatividade de docentes Admitidos em Caráter Temporário, chegando a ocupar quase a metade do quadro de trabalhadores que atuam na rede estadual”. Em 1993 os ACT eram aproximadamente 46% do quadro de profissionais ativos, sendo que nos meses de março a dezembro representaram cerca de 15% do total da folha de pagamento da Secretaria Estadual de Educação, enquanto que nos meses de janeiro e fevereiro, tinham praticamente um custo zero na folha de pagamento, pois não recebem salário neste período (SOUSA, 1994).

A legislação que regulamentava a contratação de professores ACT em Santa Catarina era a Lei Complementar nº 456, de 2009 (SANTA CATARINA, 2009). Contudo, atualmente é regulamentada pela Lei Nº 16.861, de 2015 (SANTA CATARINA, 2015). Na lei atual, está descrito no artigo 2º da Lei que a admissão de pessoal em caráter temporário ocorrerá nas seguintes hipóteses: “I substituição de Professor titular afastado do exercício do cargo; II – atendimento a projetos com prazo certo de duração; e III – ausência de Professor titular de cargo de provimento efetivo na unidade escolar” (SANTA CATARINA, 2015). Além disto, a lei do ACT (SANTA CATARINA, 2015), no inciso II dispõe que os professores temporários poderão ser dispensados “quando a vaga então ocupada for preenchida por Professor efetivo”, portanto, a contratação temporária é realmente legítima desde que não exista aprovados em concurso para nomeação imediata no cargo, como

descrito na lei mencionada. Apesar disto, na prática, há muitos profissionais que continuam atuando como professor temporário, mesmo tendo sido aprovados em concurso (FERREIRA, 2013). Se de fato esta lei fosse cumprida e mais concursos públicos para efetivos fossem realizados, haveria demissão de grande parte dos ACT, o que certamente não vem acontecendo.

Ao conhecer o Plano Estadual de Educação (PEE) de Santa Catarina para o decênio 2015-2024, uma das suas estratégias me chamou atenção:

Estratégia 17.6: Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes, de modo a estruturar as redes públicas de educação básica, com pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes, que sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e que estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados, até o final do Plano. (SANTA CATARINA, 2015, p. 40).

Diante destas colocações, a contratação de ACT só deve/deveria ocorrer em casos excepcionais, como previsto na CF/88 (BRASIL, 1988) e na lei atual do ACT (SANTA CATARINA, 2015). Além disto, pelo previsto no PEE/SC, na estratégia citada, o Estado deveria assegurar a realização de concursos públicos periodicamente. Porém, a situação real está longe desta apresentada! Conforme Milani e Fiod (2008), a presença do trabalho temporário nas escolas catarinenses é uma realidade e não uma excepcionalidade. Ademais, a periodicidade em realização de concursos públicos, apontada no PEE/SC, também não é um fato verdadeiro, já que foram realizados concursos, respectivamente, nos anos de 2004, 2012 e 2017, ou seja, espaços de tempo de cinco a oito anos entre um concurso e outro.

Este é o complexo contexto do objeto de estudo, que na sequência, apresento maior delimitação.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a prática de contratação temporária de docentes na Educação Básica da Rede Pública do Estado de Santa Catarina e sua relação com o processo de precarização do trabalho e desvalorização docente.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mapear a contratação de professores temporários para educação básica na REESC entre 2011 a 2017, identificando mudanças e continuidades como prática da política do Estado.
- Relacionar este tipo de prática política com as mudanças no mundo do trabalho.
- Conhecer a história e a legislação que ampara a contratação temporária no âmbito estadual e federal.
- Levantar na produção acadêmica da área, as possíveis causas e implicações deste tipo de prática de contratação de professores.
- Entender os conceitos de precarização do trabalho e desvalorização docente.

1.3 RECORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem características exploratórias, através da realização de um levantamento das produções acadêmicas na área educacional, bem como, análise de dados quantitativos sobre professores da rede estadual da região sul do Brasil, especificamente em Santa Catarina. Nesta Rede de Ensino foi feito um mapeamento nos dois municípios mais populosos nas diferentes mesorregiões do estado, por meio das Sinopses Estatísticas produzida a partir do Censo da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sob supervisão do Ministério da Educação (MEC). Além disto, busquei na legislação federal e estadual o que diz respeito à contratação temporária.

O recorte temporal do levantamento das produções acadêmicas da presente pesquisa foi de uma década, entre os anos de 2007 a 2017, em razão de ser um período em que leis importantes direcionadas aos profissionais da educação entraram em vigor no Brasil e em Santa Catarina, conforme será detalhado posteriormente. Contudo, na seção 3 o recorte temporal precisou ser redefinido entre 2011 a 2017, por ser o período em que o INEP disponibiliza os dados dos docentes por regime de contratação. Portanto, os quatro primeiros anos do recorte (2007-2011) não haverá dados específicos, mas que indiretamente, a partir do balanço bibliográfico foi possível identificar que o problema já existia e que persistirá, conforme será evidenciado.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Além do capítulo introdutório e das considerações finais, este trabalho é composto por mais duas seções, onde aprofundi as análises a respeito da política de contratação temporária dos professores no Brasil e, especialmente na REESC. Na seção dois, *“A produção acadêmica sobre professores admitidos em caráter temporário no Brasil”*, inicialmente, apresentei as mudanças no mundo do trabalho e os reflexos sobre a educação pública atual, através das referências de autores selecionados. Na sequência trouxe elementos para explicar a situação dos professores temporários sob um panorama nacional e, posteriormente, focando na situação dos ACT de Santa Catarina. Ao final desta seção, apresento as implicações desta política de contratação para a educação.

A seção três, intitulada *“Docente temporário da Rede Estadual de Santa Catarina: Análise de dados”*, teve por objetivo a análise de dados quantitativos sobre a contratação temporária na REESC, apresentando dados gerais da rede e específicos dos dois municípios mais populosos das mesorregiões do estado. Em

todas as cidades os dados apresentados são apenas da rede estadual de educação básica de Santa Catarina.

Ao final do texto, nas considerações finais, retomei o percurso metodológico e as questões apresentadas ao longo da pesquisa e sintetizo as análises, reflexões e contribuições do trabalho.

2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO BRASIL

Antes de iniciar uma pesquisa é comum e recomendável que se faça um mapeamento sobre as produções acadêmicas existentes com relação ao assunto a ser pesquisado. Este levantamento possibilita contabilizar e comparar a rede de trabalhos com temáticas similares, permitindo organizar banco de dados e informações na perspectiva de conhecer o que vem sendo desenvolvido sobre o assunto (BERGMANN, 2009). Nesta seção, apresento o balanço da produção acadêmica sobre os professores admitidos em caráter temporário no Brasil. A pesquisa foi feita na base de teses e dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scielo*, anais das Reuniões Regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e no Google acadêmico. Os textos foram localizados ao utilizar os seguintes descritores e palavras-chave: “Professor temporário”, “Professor contrato”, “Docentes Santa Catarina” e “Professor substituto”.

O foco inicial do levantamento era trabalhar com produções acadêmicas que discutissem a contratação de professores temporários na Educação Básica da Rede Pública Estadual de Santa Catarina, mas a primeira dificuldade foi o fato de encontrar poucas publicações que tratam da situação específica deste estado. Por isso, não foram selecionados textos exclusivos desta rede de ensino, mas foi priorizada a temática. Tal dificuldade leva a pensar que a temática é pouco discutida e/ou divulgada no meio acadêmico e que tal situação não é um movimento exclusivo deste estado. Reconheço que outro motivo pela dificuldade em encontrar trabalhos pode ser dar por limitação no recorte de busca.

Ainda sobre a seleção dos textos, cabe esclarecer que o recorte temporal foi de uma década, entre os anos de 2007 a 2017³, justamente por ser um período em

³ Alguns textos encontrados que não estavam dentro do recorte temporal, portanto, não foram utilizados neste levantamento, mas são leituras importantes sobre a situação dos professores numa perspectiva nacional. Entre eles, destaca-se o artigo: “A reestruturação do trabalho docente: Precarização e Flexibilização” de Dalila Andrade Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2004) e a dissertação de Maria José Marques, defendida na Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulada “A figura do professor com contrato temporário: Um estudo de caso no Lceu do conjunto Ceará” de Maria José Marques (MARQUES, 2006).

que leis importantes entraram em vigor, como exemplo: o Plano Nacional de Educação (2014/2024) (BRASIL, 2014), da Lei Federal nº. 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conhecida como “Lei do Piso” (BRASIL, 2008), além das leis que regulamentam a situação dos professores ACT em Santa Catarina, como a Lei Complementar Nº 456 de 2009 e a Lei Complementar Nº 668 aprovada em 2015 (SANTA CATARINA, 2009; 2015).

Após a triagem dos trabalhos acadêmicos, foram selecionadas vinte produções, sendo: oito dissertações e uma tese – sete dissertações são da área da educação e uma na da área da economia (NASCIMENTO, 2014); e a tese da área da sociologia (NAUROSKI, 2014). Além das pesquisas em nível de pós-graduação, foram selecionados mais seis artigos e cinco trabalhos publicados em eventos. Na Tabela 2 apresento os textos escolhidos para análise, com algumas informações gerais dos mesmos.

Tabela 2 – Trabalhos Acadêmicos selecionados sobre Professores ACT, 2007-2017

Ano	Título	Autor	Instituição¹	Tipo
2008	Memória e trajetória do trabalhador temporário em educação: Saberes e autonomia ou submissão?	Rosalir Viebrantz	Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Univ. do Texas	Artigo Revista Eletrônica de Ciências e Educação
2008	Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005)	Noeli Zanatta Milani e Edna Garcia Maciel Fiod	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Artigo Roteiro da Editora Unoesc
2009	Professor eventual: bico e desemprego na escola pública paulista	Juliana Regina Basilio	Universidade Estadual de Campinas	Trabalho em evento VII Seminário do Trabalho
2010	Contratos de Trabalho de Professores e a Construção da Condição	Juliana Regina Basilio	Universidade Estadual de Campinas	Dissertação

	Docente na Escola Pública Paulista (1974-2009)			
2011	Planos de carreira e remuneração de Santa Catarina	Andreia Kirsch Debovi e Marcos Edgar Bassi	Universidade do Sul de Santa Catarina	Trabalho em evento III Simpósio sobre Formação de Professores
2012	Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação básica	Bernardete A. Gatti	Conselho Estadual de Educação de São Paulo	Artigo Caderno de Pesquisa (<i>Scielo</i>)
2012	Remuneração e plano de cargos e salários do magistério público de educação básica no sistema de ensino estadual de Santa Catarina	Marcos Edgar Bassi e Nádia Maria Soares Sandrini	Universidade do Sul de Santa Catarina	Trabalho em evento IV Simpósio sobre Formação de Professores
2013	O fenecer da educação capitalista: Estudo das condições dos trabalhadores temporários da educação (ACTs) no ensino público de Florianópolis	Diego Bernard Varella de Castro Latorre	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação
2013	O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho	Ângelo Ricardo de Souza	Universidade Federal do Paraná	Artigo Educar em Revista
2014	Trabalho docente e subjetividade: A condição dos professores temporários (PSS) no Paraná	Everson Araujo Nauroski	Universidade Federal do Paraná	Tese

2014	Política de remuneração e carreira dos professores da Rede Estadual de ensino de Santa Catarina (2011-2014): a parcialidade na implementação do piso nacional e a (des)valorização docente	Jéssica Ignácio de Souza	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação
2014	Professores em regime de contrato temporário: Uma análise do impacto no rendimento dos alunos das escolas públicas estaduais do Ceará	Cláudio Bento do Nascimento	Universidade Federal do Ceará	Dissertação
2015	A contratação temporária de docentes na rede pública de ensino: Análise das decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal (2003-2012)	Isabela Rahal de Rezende Pinto	Universidade Federal da Grande Dourados	Trabalho em evento 37ª Reunião Nacional da Anped
2016	O trabalho docente e condições de emprego no serviço público brasileiro: Comparativo da conjuntura nacional com as reivindicações sindicais no estado do Paraná	Aline Chalus Vernick	Universidade Federal do Paraná	Trabalho em evento Anped Sul 2016
2016	A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio	João Genaro Finamor Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação

	Grande do Sul: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre			
2016	Professores temporários da rede estadual de São Paulo: Análise da política de pessoal da perspectiva orçamentária	João Batista Silva dos Santos	Universidade Federal de São Paulo	Dissertação
2016	Trabalho docente em escolas estaduais paulistas: o desafio do professor da categoria O.	Franciele Del Vecchio dos Santos	Universidade Estadual Paulista	Dissertação
2017	Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: Implicações para a categoria docente	Thayse Ancila Maria de Melo Gomes	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Dissertação
2017	Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira	Allan Kenji Seki, Artur Gomes de Souza, Filipe Anselmo Gomes e Olinda Evangelista	Universidade Federal de Santa Catarina	Artigo Práxis Educativa
2017	O professor de Biologia do ensino médio e o mercado de trabalho de Santa Catarina	Decio Escobar Oliveira Ladislau	Universidade do Extremo Sul Catarinense	Artigo Research Gate

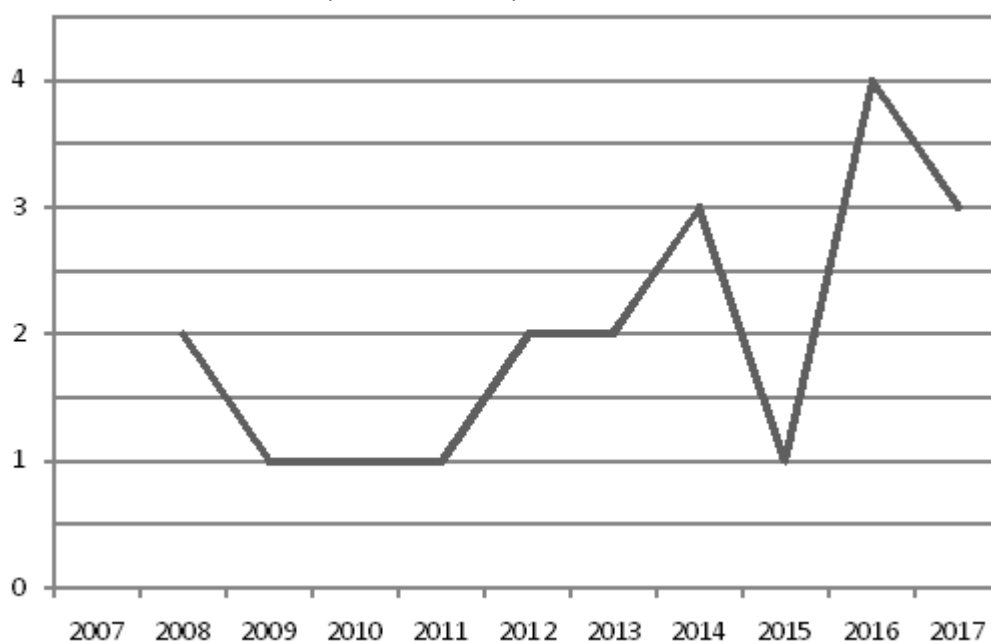
Fonte: Levantamento feito pela autora junto à base de dados da Capes, BDTD, *Scielo*, Anped e Google acadêmico.

Nota: 1- As Instituições apresentadas são aquelas vinculadas ao autor ou a instituição de defesa

Entre os textos listados, há textos da mesma autoria: Basílio (2009, 2010) e o autor Bassi (2011, 2012)⁴. Ao constatar as instituições vinculadas aos trabalhos acadêmicos, foi possível perceber que há trabalhos que estudaram na mesma região geográfica, dentre eles estão o estado de São Paulo com cinco publicações que focam para a situação nacional e da rede estadual, dois trabalhos do Rio Grande do Sul, Paraná com três e Santa Catarina com quatro publicações. Além destes, há textos que tratam do tema na rede estadual do Ceará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Com base no Quadro 1, foi construído o gráfico abaixo para evidenciar a produção de pesquisas feitas durante uma década (2007 a 2017), a partir do recorte realizado, referentes aos professores temporários.

Gráfico 1 – Quantificação das pesquisas acadêmicas referentes aos professores temporários em uma década (2007 a 2017).



Fonte: Levantamento feito pela autora junto à base de dados da Capes, BDTD, Scielo, Anped Sul e Google acadêmico.

Como apresentado no gráfico 1, nota-se que a partir 2011 o número de publicações aumentou, com destaque para 2016, ano com mais produções

⁴ Marcos Edgar Bassi, autor de dois trabalhos selecionados, é atualmente professor da Universidade Federal de Santa Catarina, mas na ocasião da produção dos trabalhos era professor da Universidade do Sul de Santa Catarina e orientou uma pesquisa de âmbito nacional intitulada “*Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas*”.

acadêmicas. Além disto, a partir das leituras, percebi que a maioria das publicações segue um padrão de abordar a realidade de determinados estados, bem como, de utilizar as mesmas metodologias nos trabalhos, sendo a maioria análise por dados quantitativos ou por meio de entrevistas.

A partir da seleção e construção do levantamento das produções acadêmicas, procurei conceitos que abordassem o foco desta pesquisa, entre os quais os interesses e implicações desta política de contratação. Organizei em subseções as idéias principais dos textos. Para a primeira subseção busquei contextualizar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e os reflexos sobre a educação; a subseção 2.2 vem na sequência com uma análise da situação dos ACT, sob um panorama nacional; subseção 2.3 foi destinada a REESC; e a última realça os efeitos e implicações desta política de contratação para o trabalho docente e para a educação.

2.1 MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E OS REFLEXOS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA ATUAL

Nos textos selecionados para o levantamento, e mesmo outros que discutem a situação dos professores temporários, são notórios que há um envolvimento entre os assuntos associados às transformações das formas de trabalhos e os reflexos sobre a atividade docente no país. Dois autores como Oliveira (2004) e Silva e Silva (2009) são citados com maior frequência nos estudos quando se referem às mudanças no mundo do trabalho e reestruturação do trabalho docente, indicando os processos de precarização e intensificação das condições de trabalho.

No Brasil, as transformações históricas provocadas pelo novo cenário mundial capitalista, justamente com o declínio da ditadura militar e a transição para o regime democrático, provocaram na década de 1980 uma grave crise nacional, momento em que o país sofreu com o peso da crise econômica mundial e de influências de políticas neoliberalistas (NAUROSKI, 2014).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), segundo Nauroski (2014), representou um importante marco histórico na luta dos movimentos sociais. No que

diz respeito à contratação temporária, a excepcionalidade associada a uma frase de amplo sentido, quando admite a “necessidade temporária de excepcional interesse público” (Art. 37, inciso IX), concede legalmente a contratação de professores por tempo determinado. Na mesma direção, para Pinto (2015, p.14) “trata-se do processo de precarização do trabalho docente amparado por uma interpretação jurídica que privilegia a garantia individual dos direitos educacionais”.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), iniciou-se uma ampla reforma educacional, sob a perspectiva de projetar a educação para o contexto de empregabilidade, com noção de equidade e forte preocupação nos resultados. Estas mudanças repercutiram diretamente no trabalho do professor, com aumento de tarefas e responsabilidades, assim como, a ampliação da jornada de trabalho e da flexibilização do trabalho docente (NAUROSKI, 2014).

Nesta direção, os artigos de Viebrantz (2008) e Milani e Fiod (2008) apontam que no país, as reformas trabalhistas foram aprofundadas no final do século XXI. Estas mutações estão relacionadas às exigências criadas pela globalização, os avanços tecnológicos e científicos e do papel que o mercado vem assumindo na esfera social. E que trouxeram consequências que são refletidas na educação pública no qual vicejam, há muito tempo, professores com contratos temporários.

2.2 A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS SOB UM PANORAMA NACIONAL

Ao longo do desenvolvimento deste levantamento, foi possível perceber que a existência do professor com contrato temporário não era apenas um fenômeno isolado que ocorria em Santa Catarina, já que pesquisadores revelam a existência deste tipo de contratação em outros estados brasileiros, como Milani e Fiod (2008), Nauroski (2014) e Carissimi (2016) que estudaram a situação do Paraná; Basilio (2010) e Santos (2016) no caso de São Paulo; Neto (2016) do Rio Grande do sul; e Nascimento (2014) do Ceará.

Esta forma de contratação de trabalho recebe várias denominações em regiões diferentes. Foi possível constatar nos textos estudados que mudam a terminologia, mas, na essência, seguem o mesmo sistema, tais quais: Prestação de Serviço Temporário, na Bahia (PST); no Rio Grande do Sul chamado de Contratação Temporária; em São Paulo, Categoria O; no Paraná, denominado de Processo Seletivo Simplificado (PSS); Admitidos em Caráter Temporário (ACT) em Florianópolis, entre outros (SEKI *et al*, 2017).

De acordo com a legislação, está previsto pela Constituição de 1988 e na Lei de *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), que o ingresso para a carreira do magistério no setor público deve ocorrer exclusivamente via concurso público. Porém, embora o inciso II, do Artigo 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) determine que a investidura em cargo ou emprego público exige aprovação prévia em concurso público, o inciso IX, do mesmo Artigo, aponta que “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público” (BRASIL, 1988). Há consenso entre os trabalhos indicando que a CF deixa brechas para a legalidade desta contratação.

Inserido neste contexto, Pinto (2015) indica que de acordo com a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é admissível a contratação temporária de professores quando, por exemplo, não há profissionais aprovados em concurso público. Uma vez que não há professores, torna-se necessário a contratação temporária e esta atenderia à necessidade de excepcional interesse público. Porém, como apontam Gatti (2012) e Neto (2016), os concursos não têm viabilizado a cobertura total das vagas docentes, tornando-se legal e comum a contratação de temporários. Ou seja, o que era para ser uma exceção na contratação de docentes tem sido a regra em muitas redes de ensino do país.

As questões acerca da contratação de ACT, como política de governo, têm sido constantemente divulgada pela mídia, a exemplo da reportagem publicada em maio de 2013 no portal UOL Educação, mencionada nas dissertações de Souza (2014) e Neto (2016). A reportagem apresenta dados do Censo Escolar de 2012, e constatou que sete redes estaduais de ensino no Brasil possuíam mais da metade de professores temporários. Naquele ano, segundo a reportagem, Santa Catarina ficou na sexta posição deste ranking:

Para o UOL, segundo dados do censo escolar de 2012 três em cada dez contratações nas redes estaduais são temporárias. A porcentagem de professoras temporárias nas redes estaduais é: 71% em Espírito Santo, 66,1% em Mato Grosso, 62,9% no Acre, 60,2% no Ceará, 60,1% no Mato Grosso do Sul, 59,8% em Santa Catarina, 51,9% na Paraíba, 45,8% no Amazonas, 44,5% em Alagoas, 41,3% em Pernambuco, 40,7% no Rio Grande do Sul, Piauí 39,9%, Paraná 35,3%, Sergipe 34,5%, Tocantins 30,3%, Roraima 29,2%, Maranhão 28,8%, Bahia 26,7%, Distrito Federal 26,9%, São Paulo 24,1%, Goiás 20,1%, Minas Gerais 20,1%, Amapá 18,7%, Pará 17,7%, Rio Grande do Norte 14,9%, Rondônia 14,5%, Rio de Janeiro 3,5% (NETO, 2016, p.88).

Como demonstrado na pesquisa de Seki *et al* (2017) a permanência dos temporários é uma evidência de um regime não “temporário”, e sim de uma política permanente, que visa manter grande parte dos professores sob o regime da instabilidade. Segundo os dados mais recentes apurados pelos autores, se tratando apenas da rede estadual pública,

Alagoas contou com o maior percentual, 83% no ano de 2015. O Espírito Santo ocupou a segunda posição, 64%, em 2011, para 71%, em 2015. O Piauí, no mesmo período, pulou de 42% para 63%. O Mato Grosso do Sul, na quarta posição, manteve estável o percentual de temporários, de 58%, em 2011, passou para 60% em 2015. Minas Gerais, no quinto lugar, teve variações no período analisado, de 25%, em 2011, para 11%, em 2013, e 55%, em 2015. Rio de Janeiro (3%), Sergipe (3%), Pará (12%) e São Paulo (13%) são os estados com os menores percentuais de temporários em 2015 (SEKI *et al*, 2017, p.6).

A pesquisa de Viebrantz (2008) evidenciou que o uso de trabalhadores temporários ocorre há anos no corpo docente no Estado do Rio Grande do Sul. Assim como trazido no estudo de Bassi e Sandrini (2012), ao apontarem que a contratação de ACT em Santa Catarina ocorre há pelo menos quatro décadas. Esses temporários têm servido para a manutenção de déficits estruturais, ou seja, são destinados a suprir ausências de professores efetivos afastados por licenças médicas, para formação, por aposentadoria ou para atender o interesse público.

Segundo os dados da pesquisa, o grande número de ACT não é uma situação que configura uma medida excepcional, mas como uma política abusiva que vem se repetindo ao longo de anos no Brasil. Assim se percebe intencionalidade e “habitualidade” nesta política para tal contratação, além de estar diretamente associado à precarização do trabalho docente, como analisa Gomes (2017).

2.3 O PROFESSOR TEMPORÁRIO DE SANTA CATARINA

Dentre os trabalhos selecionados e estudados nesta subseção, apenas quatro tratam diretamente da educação pública de Santa Catarina⁵, sendo eles: *Planos de Carreira e Remuneração de Santa Catarina*, de Debovi e Bassi (2011); *Remuneração e plano de cargos e salários do Magistério Público de Educação Básica do sistema de Ensino Estadual de Santa Catarina*, de Bassi e Sandrini (2012); *O professor de Biologia do ensino médio e o mercado de trabalho de Santa Catarina*, de Ladislau (2017)⁶, e por fim o trabalho da Jéssica Ignácio de Souza (2014) intitulado *Política de remuneração e carreira dos professores da Rede Estadual de ensino de Santa Catarina (2011-2014): a parcialidade na implementação do piso nacional e a (des)valorização docente*⁷. A dissertação de mestrado de Latorre (2013), *O fenecer da educação capitalista: Estudo das condições dos trabalhadores temporários da educação (ACT) no ensino público de Florianópolis*⁸ traz uma perspectiva da situação dos professores ACT na capital do estado, focando na rede municipal de ensino.

O estudo dos trabalhos acadêmicos acima citados permite afirmar que a estratégia de contratação de grande contingente de professores ACT, já ocorria nos anos de 1990 na REESC. De acordo com Souza (2014), quase metade dos professores estaduais de Santa Catarina estavam sob contratação temporária. Mas a situação foi se agravando ao longo dos anos. Segundo os autores Bassi e Sandrini (2012), dados de março de 2011 da Secretaria do Estado da Educação, contabilizou 21.979 professores efetivos e 16.370 professores ACT, representando 43% dos

⁵ Outras leituras importantes que fugiram do recorte temporal, mas que trazem a situação dos professores ACT no estado de SC e na capital Florianópolis nos anos de 1994 e 1996, respectivamente, são: “*Professor ACT: descartável ou imprescindível?*”, de Ana Maria Borges e a pesquisa “*O trabalho temporário no Magistério Público Estadual de Santa Catarina*”, de Denise Soares Miguel.

⁶ Trabalho publicado em uma rede social voltada a profissionais e pesquisadores da área de ciências, chamado *ResearchGate*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Decio_Escobar_Oliveira_Ladislau/publication/318045064_O_professor_de_Biologia_do_ensino_medio_e_o_mercado_de_trabalho_de_Santa_Catarina/links/5956fdb3458515ea4c5d0e54/O-professor-de-Biologia-do-ensino-medio-e-o-mercado-de-trabalho-de-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

⁷ Souza (2014) defendeu sua dissertação na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia. Os ACT não são o foco principal da pesquisa, mas são tratados no trabalho a partir do eixo ‘carreira e remuneração’ verticalizado pela autora.

⁸ Latorre (2013) defendeu sua dissertação na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Dr^a Nise Maria Tavares Jinkings.

professores da educação básica estadual. Dados mais recentes trazidos na pesquisa de Souza (2014) mostram que a contratação destes profissionais temporários em 2014, representava 60% dos docentes atuando em sala de aula, característica que faz parte da política de remuneração e carreira da REESC. Para esta autora:

É inegável que esse tipo de contrato representa economia aos cofres públicos, pois os temporários não obterão aumento no vencimento básico por contar com maior nível de formação ou estar trabalhando para o estado por determinado tempo. Outro ponto que torna vantajosa a existência de contingente expressivo de professores ACTs, como já apresentamos, é a sua instabilidade no emprego. Nas greves, o fato torna-se mais evidente. O receio de perder o cargo e as ameaças de dissolução do contrato por parte da Secretaria de Educação intimidam esses profissionais a se engajarem nas reivindicações dos professores (SOUZA, 2014, p.104).

Como foi colocado, há anos mais da metade dos profissionais da Rede Pública Estadual de Santa Catarina não possuíam/possuem contratos estáveis, tendo em vista que este alto percentual não corresponde a uma situação excepcional, pelo contrário, representam a maioria dos profissionais que lidam diretamente com o ensino na REESC. É importante que o trabalho dos professores ACT seja amparado por lei e estes tenham seus direitos garantidos.

No caso da REESC a admissão do professor em caráter temporário é precedida de processo seletivo de provas e/ou provas e títulos, mediante edital anualmente divulgado, para o ano letivo subsequente (DEBOVI; BASSI, 2011). Quanto à remuneração mensal do professor ACT, apesar de assegurar acesso aos mesmos componentes de remuneração dos efetivos, “como as gratificações de regência, auxílio-alimentação, salário-família, gratificação natalina, abonos pelo exercício da docência, férias proporcionais, prêmio educar, prêmio assiduidade entre outros” (BASSI; SANDRINI, 2012, p.10), estes profissionais não ingressam na carreira docente, não tem progressão na carreira docente, e, portanto, a remuneração final do professor ACT permanece muito inferior ao dos efetivos.

É notório que para o Estado ter grande contingente de professores admitidos em caráter temporário é uma estratégia para obter maior controle do trabalho docente, já que o contrato pode ser encerrado a qualquer momento, além de desarticular os movimentos, enfraquecendo assim a categoria dos trabalhadores em educação (SOUZA, 2014). Parecem ter se constituído também em uma das estratégias de contenção de despesas na educação. Latorre (2013) ao retratar da situação de SC, apontou que o aumento de carga horária e intensificação do trabalho, via aulas

excedentes⁹, também são altamente incentivados pelo governo. Para Bassi e Sandrini (2012, p. 5):

As aulas excedentes e a contratação em grande número de professores ACTs parecem ter se transformado, ao longo do tempo, em estratégias levadas a cabo pelo governo estadual para conter ou reduzir os gastos com educação e contornar a realização de concursos públicos para professores, os quais não ocorrem desde 2005. As aulas deixadas em aberto pela redução do quadro efetivo, seja pelo afastamento de professores decorrente de licenças, seja pelo aumento das aposentadorias, vem sendo transformadas em aulas excedentes, que deveriam originalmente cobrir apenas as situações emergenciais como, as licenças mencionadas e a ampliação da rede de ensino, até a realização do concurso e ingresso de novos professores efetivos.

Atualmente, segundo Souza (2014), não existe uma periodicidade estabelecida para a realização de concursos públicos para docentes, e quando isso ocorre, poucas vagas são oferecidas e com baixa carga horária por professor, geralmente vagas com 10 horas.

2.4 IMPLICAÇÕES DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO

Muito se discute sobre os problemas educacionais, mas são raros os debates sobre as condições de trabalho dos professores. Dos autores selecionados para este levantamento, todos se posicionaram de forma crítica quanto à problemática dos ACT (VIEBRANTZ, 2008; GATTI, 2012; NAUROSKI, 2014; SANTOS, 2016; VECCHIO DOS SANTOS, 2016). Todos apontam que os professores temporários fazem parte de um processo de precarização dos trabalhadores da educação, indicando um consenso entre os pesquisadores. E que apesar da estabilidade dos professores efetivos, a precarização do trabalho também ocorre com estes profissionais. Para Milani e Fiod (2008, p.83):

Os professores são vistos como uma classe detentora de privilégios. Não se leva em conta sua carga horária, condições de trabalho, salários baixos, salas de aula superlotadas de alunos, trabalhos extraclasse como correções de provas e preparação de aulas que tomam seu tempo de lazer e muitos outros fatores que interferem no seu dia-a-dia, independentemente de sua forma de contratação.

⁹ O inciso 4º do Art.5º e o Art.6º da Lei Complementar nº 1.139, o professor do ensino fundamental e médio da rede estadual de SC, com regime de 10 a 40 semanais deverá ministrar de 8 a 32 horas-aula, respectivamente, e poderá ministrar mais aulas, acima do limite da carga horária de 40 horas, via aulas excedentes. Receberá 2,5% por aula a partir do vencimento do cargo efetivo e não poderá ultrapassar a quantidade de oito aulas (SANTA CATARINA, 1992).

As pressões e reivindicações por parte dos docentes surgem a partir do desconforto das injustiças sociais e da necessidade de reconhecimento profissional. Estes profissionais lutam para melhores condições de contratação e qualidade do trabalho docente. São reivindicações importantes para o desenvolvimento da valorização profissional. As pesquisas, neste sentido, têm auxiliado para as melhorias das condições de trabalho, tais como a forma de contratação e a estabilidade na carreira (CARISSIMI, 2016). Para Gatti (2012, p.22) “não resta dúvida de que o país não pode mais postergar o aumento dos investimentos nos sistemas de educação pública e na melhoria das condições de trabalho, de carreira e de remuneração de seus professores”.

De acordo com Seki *et al* (2017), o professor precarizado é aquele que possui alta carga horária, podendo ser servidor efetivo ou temporário. Além disto, a desvalorização da profissão docente inclui a falta de representação social em torno da profissão, do retorno financeiro e da posição ou status que ocupam em relação à educação. Para, além disso, a desvalorização e falta de reconhecimento, são trazidas com quase unanimidade entre as queixas dos professores (NAUROSKI, 2014).

Há grande discussão sobre as condições desiguais impostas aos professores temporários em comparação aos efetivos. Mesmo que o trabalho precarizado seja permanente também na condição de efetivo, eles se diferem pelo fato do professor efetivo ser concursado, caracterizado como servidor público, estável e com seus direitos garantidos. E o professor ACT que ingressa ao cargo via processo seletivo, por tempo determinado, sem as garantias de estabilidade e, geralmente, com salários mais baixos e carga horária mais elevada (GOMES, 2017). Segundo Basilio (2010), o professor tem seu lugar definido na escola em vista ao contrato que possui. Existe um processo de hierarquização que os colocam em posições diferentes, indicando que quanto mais precário é o contrato, mais baixa é a posição do professor.

Os autores Milani e Fiod (2008), Vecchio dos Santos (2016) e Seki *et al* (2017), apontam que a baixa remuneração, associada a categorização dos professores, traz à tona um intenso processo de fragmentação interna e fragilização da coletividade. Não se forma um coletivo, pois de um lado estão os professores

efetivos, de outro, os temporários, o que dificulta as mobilizações e reivindicação por melhores condições de trabalho, melhores salários e por menores cargas horárias.

Segundo os dados sobre a contratação de professores temporários, os estudos de Seki *et al* (2017), revelam que o alto contingente de professores temporários são uma das faces da precarização do trabalho docente no Brasil. Quase um milhão de professores trabalham na instabilidade no país. Bassi e Sandrini (2012) apontam que esta estratégia tem por interesse dos governos conter ou reduzir os gastos com educação e contornar a realização de concursos públicos para professores, para isto, substitui o professor efetivo pelo temporário. Em outras palavras, “evidentemente, o professor efetivo, independente do cargo ocupado, devido ao pagamento de todos os direitos trabalhistas e de seguridade social, exige maior demanda de recursos do Estado” (SANTOS, 2016, p.116).

A análise feita por Nauroski (2014) concluiu que contrato de trabalho de professores temporários reforça o argumento de que a precariedade sai mais barata para o governo. Esta precariedade dos contratos de trabalho traz consigo a rotatividade excessiva de professores e a instabilidade das equipes escolares, interferindo diretamente no próprio desenvolvimento dos professores, no trabalho cotidiano das escolas, na aprendizagem dos alunos e no seu desenvolvimento (GATTI, 2012). Neste contexto, das implicações sobre o trabalho dos professores temporários, Nauroski (2014, p. 202), destaca:

[...] maiores exigências em relação ao papel do professor na escola; esvaziamento do teor educativo de outros agentes de socialização; surgimentos de novos e diferentes espaços de aprendizagem e acesso à informação além da escola; enfraquecimento do consenso social em torno do valor da educação; a docência como espaço crescente de contradições e incongruências; frustração em relação ao potencial de mobilidade social mediado pela escola; descrédito e desvalorização social da instituição escola; pouco reconhecimento social da profissão docente; alterações e mudanças nos conteúdos de ensino; nos perfis curriculares; mudanças na relação professor e aluno; fragmentação do trabalho docente, mudanças curriculares; precarização das condições de trabalho, envolvendo recursos e infraestrutura.

A partir das leituras e da construção deste levantamento, entendo que os professores temporários são pressionados a aceitar e a tolerar todas estas implicações das condições precárias de trabalho que possuem. Ao trabalhador docente restam poucas alternativas em situação de desemprego, sendo a contratação temporária, por muitas vezes, a única oportunidade de inserção ao mercado de trabalho. Pensando numa perceptiva de esperanças e melhorias

futuras, primeiramente, os governos não deveriam/devem banalizar os princípios constitucionais na garantia dos seus próprios interesses.

Para todos os profissionais da educação pública, deveria/deve ser garantida pelo governo a estabilidade adequada para o desenvolvimento e qualidade do seu trabalho. Para isto, é preciso eliminar o trabalho temporário, que, como indicado por diversos pesquisadores, só expressa à instabilidade e flexibilidade, os quais estão diretamente relacionados à precarização e desvalorização do trabalho docente. Portanto, o governo deve cumprir o seu Plano Estadual de Educação e realizar mais concursos públicos, assim como, aumentar os investimentos e os recursos na área da educação, especialmente nos salários destes profissionais. Somente assim, será possível garantir melhoria na qualidade da educação, por meio da valorização de seus profissionais¹⁰.

Com base nas discussões apresentadas aqui, à próxima seção focará em analisar a empiria sobre os docentes temporários na REESC, a partir de dados quantitativos referentes aos tipos de contratos, em destaque aos temporários, dentro de um panorama da região Sul, da REESC e dos municípios selecionados a partir da maior população, dentro de cada mesorregião de SC.

¹⁰ Entendo a valorização do profissional da educação, apoiado no próprio significado da palavra valorização, “dar valor”, que no contexto dos professores quer dizer: reconhecimento da profissão, boas condições de trabalho, contratos estáveis, salários dignos, jornada compatível com os afazeres escolares, entre outros.

3 DOCENTE TEMPORÁRIO NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, objetiva-se compreender a contratação temporária de docentes na Rede Pública Estadual de Santa Catarina (REESC), fazendo um comparativo entre os municípios mais populosos do Estado. Para isto, de acordo com Pimentel (2001), é preciso investigar os documentos, extrair dados de análises, organizar e interpretar os conteúdos do levantamento de dados. Portanto, para esta pesquisa foram feitos levantamentos de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional, realizado entre os anos de 2011-2017, a partir do Censo da Educação Básica divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na seção *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*¹¹.

O recorte temporal deste trabalho é de uma década, mas para realização desta parte da pesquisa foi necessário fazer um ajuste dentro do recorte definido, a partir da disponibilidade dos dados de docentes da Educação Básica por tipo de contratação nas *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*, onde são registrados a partir do ano de 2011 até dados mais recentes de 2017. Através destes documentos, obtive a quantidade de professores temporários e efetivos¹², número de matrículas neste período, perfil dos docentes e dados sobre precarização do trabalho. Os dados apresentados na seção 3.3 também se reajustaram conforme a disponibilidade de dados dos Indicadores Educacionais, em relação ao Indicador de Esforço Docente e Indicador de Regularidade do Docente (IRD), que estão disponíveis entre o período de 2013 a 2016, somente.

Cabe lembrar que a prática de ter grande contingente de professores ACT no quadro de funcionários na Rede de ensino em questão não é característica somente neste período em análise. Como já citado, de acordo com Sousa (1994) a partir de 1985 o número de ACT chegou a ocupar quase a metade do quadro de trabalhadores que atuavam na Rede Estadual. Além disto, Latorre (2013) relata que

¹¹ O acesso pode ser realizado pelo site oficial do INEP, disponível em: <www.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 05 fev. 2018.

¹² Dados referentes aos professores terceirizados e contrato CLT não serão utilizados neste estudo, apenas os relacionados aos professores temporários e aos professores efetivos que é objeto de pesquisa.

segundo dados publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2010, as escolas Estaduais de Santa Catarina contavam com, aproximadamente, 45% dos professores exercendo suas atividades de forma temporária, ou seja, também quase metade do quadro funcional no ano de 2010. Pelo exposto, ainda que nesta seção o recorte temporal seja menor que a década definida como recorte da pesquisa, os dados apresentados na seção anterior completam o panorama temporal, sendo que aqui teremos dados atualizados do quadro apresentado por outros pesquisadores.

Com relação aos dados do Censo da Educação Básica, referente à quantidade de docentes por tipo de contratação que serão aqui utilizados, o INEP esclarece que:

- 1 - Docentes referem-se aos indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar.
- 2 - No total Brasil, os docentes são contados uma única vez, independente se atuam em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município ou possuem mais de um vínculo funcional.
- 3 - No total da Região Geográfica, os docentes são contados uma única vez em cada região, portanto o total não representa a soma das regiões, das unidades da federação, dos municípios ou se possuem mais de um vínculo funcional, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
- 4 - No total da Unidade da Federação, os docentes são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), portanto o total não representa a soma das 26 UFs e do Distrito Federal ou dos municípios ou do vínculo funcional, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
- 5 - No total do Município, os docentes são contados uma única vez em cada Município, portanto o total não representa a soma dos 5.570 municípios ou do vínculo funcional, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
- 6 - Não inclui os docentes de turmas de atividade complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- 7 - Inclui os docentes que atuam no Ensino Regular, Especial e/ou EJA.
- 8 - Não inclui auxiliares da educação infantil.
- 9 - Os docentes são contados somente uma vez em cada vínculo funcional e dependência administrativa, independente de atuarem em mais de um deles.
- 10 - Considera-se os docentes da rede pública de ensino.
- 11 - O mesmo docente pode ter mais de um vínculo funcional (BRASIL, 2018).

Vale mencionar que dados obtidos pela Secretária Estadual de Educação (SED), proveniente da Diretoria de Gestão de Pessoas, não serão analisados nesta pesquisa, em virtude da distinção nas quantidades numéricas dos docentes em relação aos levantamentos feitos pelo INEP, além das tabelas não apresentarem um título, tão pouco notas que permitisse compreender a forma que foram computados.

Após investigar os documentos e extrair dados de análises, organizei o levantamento feito em tabelas e gráficos. A primeira tabela apresenta a quantidade numérica e a percentagem de professores efetivos e temporários em Santa Catarina, correspondentes a cada ano dentro do recorte temporal. Observo nesta tabela a situação da contratação de professores na Região Sul do Brasil, no qual incluem os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. O levantamento da quantidade de professores temporários permite concluir que Santa Catarina é o Estado com o maior percentual de professores temporários em comparação aos demais estados da região.

Tabela 3 – Quantidade total de professores efetivos e temporários das Redes Estaduais Educação Básica da Região Sul do Brasil, entre os anos de 2011 a 2017

Anos		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média %
Estados	Docentes								
Rio Grande do Sul	Efetivo	31.474	29.288	31.160	30.497	33.467	31.005	28.375	62,77
	ACT	17.384	20.516	18.967	19.105	17.631	17.256	16.919	37,23
Paraná	Efetivo	30.379	32.698	31.264	30.524	35.303	31.529	31.483	62,62
	ACT	18.296	18.250	20.562	22.489	16.833	21.191	15.976	37,38
Santa Catarina	Efetivo	11.368	9.723	10.034	11.209	11.630	10.476	9.520	42,86
	ACT	12.604	14.627	14.036	13.786	13.964	14.416	15.147	57,14

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

A média para todos os anos dentro deste período, no Rio Grande do Sul revelou um percentual de 63% efetivos e 37% ACT, situação equivalente no Paraná. Já em Santa Catarina a média apontou um percentual de 43% efetivos e 57% ACT, ou seja, 20% a mais quando comparado aos outros estados da Região Sul. É possível perceber que nos anos de 2016 e 2017 nos três estados ocorreu uma diminuição de professores efetivos. Nos anos anteriores os números oscilam. Também chamo atenção para o fato de que em 2016, conforme determina a Emenda Constitucional n. 59/2009 (BRASIL, 2009), a matrícula se tornou obrigatória ao Estado, coincidentemente o ano que mais se tem ACT e menos efetivos em SC.

Fazendo um comparativo entre os anos de 2011 a 2017, em SC a quantidade de professores efetivos no ano de 2011 era de 11.368, passando para 9.520 em 2017, uma diferença considerável de 1.848 docentes a menos no quadro de funcionários estáveis da REESC. Notei também que nos quatro anos entre 2014 a 2017, a REESC só aumentou a quantidade de professores ACT, diferente dos outros estados, onde a quantidade passou a diminuir comparada aos anos anteriores.

É importante ressaltar que a problemática do professor temporário não diz respeito somente ao seu papel provisório, mas sim ao uso abusivo deste tipo de contratação (GOMES, 2014), como ocorre em SC. No estado, o jovem professor ingressa no mercado de trabalho docente, predominantemente, através das formas temporárias de contrato, e são colocados na escola, sujeitos a uma série de fragilidades sociais e políticas, situação que faz parte da precarização do trabalho docente nas redes públicas de SC e entre outros estados do país (MILANI; FIOD, 2008).

A próxima tabela evidencia o uso desta forma de contratação na educação básica da REESC, entre os anos de 2011 a 2017, fazendo um comparativo com a quantidade de professores efetivos.

Tabela 4 – Quantidade total de professores efetivos e temporários da Educação Básica da REESC, entre os anos de 2011 a 2017

Período	Efetivo	%	ACT	%	Total
2011	11.368	47,42	12.604	52,58	23.972
2012	9.723	39,93	14.627	60,07	24.350
2013	10.034	41,69	14.036	58,31	24.070
2014	11.209	44,84	13.786	55,16	24.995
2015	11.630	45,44	13.964	54,56	25.594
2016	10.476	42,09	14.416	57,91	24.892
2017	9.520	38,59	15.147	61,40	24.667

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

A partir destes dados, revela-se que a quantidade de professores temporários em relação a professores efetivos em SC são maiores em todos os anos analisados. O ano de 2017 apresentou menor percentual de efetivos (38,59%) em comparação aos temporários (61,40%). Notei que nos anos de 2012 e 2017 obtiveram os

menores percentuais de efetivos, mesmos anos que ocorreram Concurso de Ingresso no Magistério Público Estadual para atuação no cargo de Professor.

Outro ponto de destaque é para a notável oscilação na quantidade total de professores do ano de 2015 (25.594) para 2017 (24.667), esta diminuição dos profissionais docentes têm relação com a diminuição na quantidade de efetivos, pois o número de ACT só aumentou durante este período. Esta situação chama atenção, pois este período contempla a ampliação da obrigatoriedade a matrícula na educação básica gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, definida na LDBEN/96 e na Constituição Federal (BRASIL, 1996; 1988), conforme citado anteriormente. Ou seja, caberia a pergunta: como diminuiu o número de docentes se neste período o Estado deveria atender maior quantidade de alunos, especialmente no Ensino Médio, que é uma das suas prioridades? Que fatores podem ter contribuído para essa redução? Essa redução teria relação apenas com a aposentadoria de docentes ou ocorreu grande quantidade de exonerações? Nem todas as questões serão respondidas nesta pesquisa, mas são pertinentes para entender o objeto de estudo.

Para entender o funcionamento da educação básica em Santa Catarina, propus um paralelo entre as redes estadual, municipal, federal e privada no estado, estabelecendo relação do número de matrículas na Educação Básica e da quantidade de escolas nos anos estudados, como exposto na tabela a seguir:

Tabela 5 – Número de Matrículas na Educação Básica e Escolas de Santa Catarina, por diferentes redes de ensino, com a quantidade total, entre os anos de 2011 a 2017

Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de matrículas na rede Estadual	631.405	589.418	563.936	553.316	537.551	527.494	514.368
Nº de escolas na rede Estadual	1.303	1.266	1.240	1.230	1.276	1.254	1.286
Nº de matrículas na rede Municipal	671.128	689.948	694.075	696.899	713.903	731.925	749.344
Nº de escolas na rede Municipal	3.970	3.993	3.973	3.951	3.957	3.928	3.905
Nº de matrículas na rede Federal	11.382	13.450	13.800	14.764	14.737	16.809	17.862
Nº de escola na rede Federal	20	30	32	32	35	37	39
Nº de matrículas na rede Privada	213.737	216.983	242.151	260.091	254.710	251.958	251.251
Nº de escolas na rede Privada	950	949	952	1.032	1.054	1.059	1.036

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

Ao analisar a tabela constata-se uma redução no decorrer dos anos da quantidade de matrículas na REESC, visto que, em 2011 tinha 631.405 matrículas e em 2017 caiu para 514.368, isto é, 117 mil matrículas a menos. Também ocorreu fechamento de escolas até 2014, já nos três anos seguintes a quantidade muda de um ano para o outro, oscilando. Em contrapartida, a quantidade de matrículas nas redes municipal, federal e particular, obtiveram um aumento gradativo entre 2011 e 2017. Chamo atenção para a rede municipal, no qual atingiu aumento de 78.216 matrículas a mais quando comparado os anos de 2011 e 2017. A rede particular, entre os anos de 2011 a 2017 também obteve um aumento de 37.514 matrículas a mais em sua totalidade no estado. Este movimento pode ser explicado em decorrência ao processo de municipalização e/ou migração de estudantes de escolas públicas para escolas particulares.

Segundo Bassi e Fermino (2012), o chamado processo de municipalização teve efeitos em decorrência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e, posteriormente, a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que entrou em vigor em 2007 e permanecerá até 2020. Segundo a LDBEN (BRASIL, 1996), no Art. 10 e o Art. 11 dispõe que:

Art. 10 [...] os Estados incumbir-se-ão de: [...] VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;
[...]
Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: [...] V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino [...]

A redistribuição trazida pelos fundos aumentou a responsabilidade dos municípios e reduziu o atendimento da Rede Estadual. Sobre as consequências da municipalização, afirmam Bassi e Fermino (2012, p. 12) que

[...] apesar da redistribuição trazida pelos fundos, os recursos financeiros necessários para uma educação de qualidade permanecem ainda

centralizados nos governos estaduais e, sobretudo, no federal, tornando o município um mero executor de políticas decididas nos gabinetes dos ministros e secretários de educação.

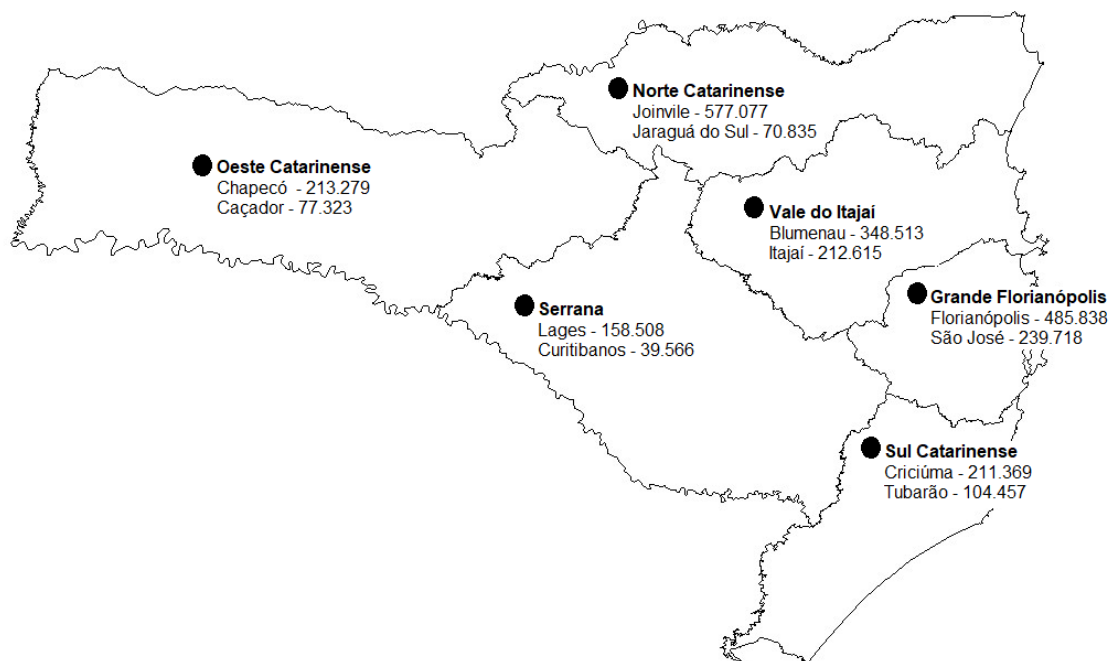
Para além das matrículas, é possível verificar a partir da Tabela 3 que a quantidade de escolas nas redes estaduais e municipais decresceu no decorrer destes anos. Em 2014, na REESC, tinha 74 escolas a menos quando comparado com 2011. No entanto, esta situação torna-se ainda mais grave nas redes municipais, no qual, em 2011 contabilizou 65 escolas a menos em comparação a 2017. Cenário que pode indicar processo de precarização também nesta rede, devido ao aumento na quantidade de matrículas em contrapartida a diminuição no número de escolas municipais.

Na sequência serão apresentados dados específicos da REESC, buscando maior compreensão na análise sobre os professores ACT na referida rede.

3.1 O PROFESSOR ACT POR MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA

Na intenção de compreender a situação dos professores temporários em Santa Catarina, foi preciso investigar os municípios mais populosos que compõe as mesorregiões deste estado. A seguir foi ilustrado no mapa a estimativa populacional dos municípios selecionados em 2017, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina indicando o número populacional de dois municípios mais populosos para cada mesorregião, em 2017

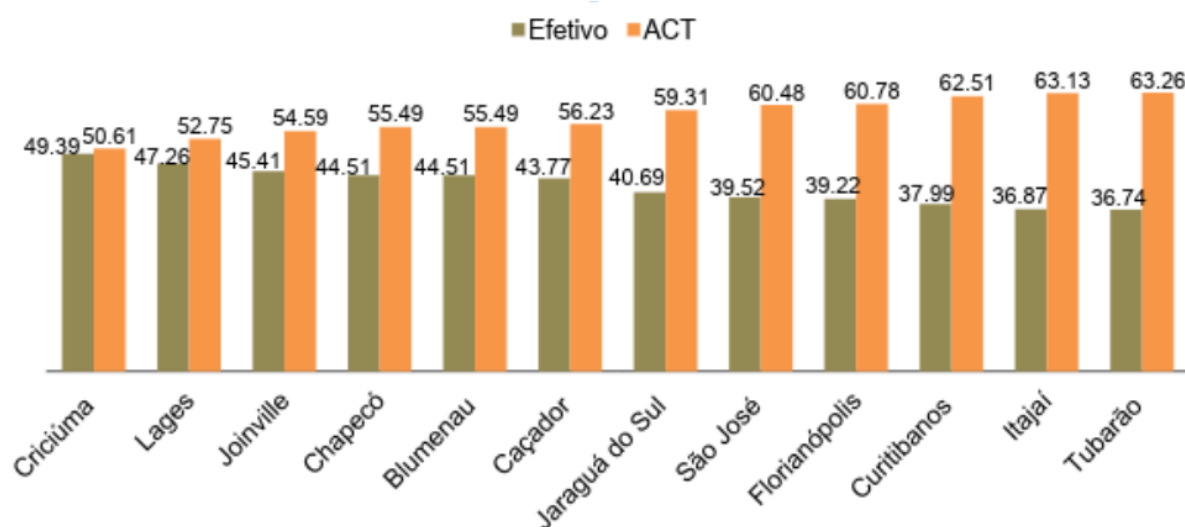


Fonte: BRASIL. IBGE. Estimativa Populacional. Elaborado pela Autora.

Na Introdução deste trabalho foi apresentado algumas características desses municípios. Aqui serão priorizados os dados relacionados exclusivamente ao tema da pesquisa.

A partir das médias em porcentagem da quantidade de professores efetivos e temporários da Educação Básica da REESC, nos municípios selecionados, durante o período de 2011 a 2017, elaborei um “ranking” ilustrado em Gráfico que segue, no qual, expressa em ordem crescente a quantidade de ACT em cada município. Este gráfico permite identificar que dos 12 municípios, a média de professores efetivos e ACT dos anos de 2011 a 2017, ao menos 8 deles apresentaram alto percentual de professores temporários em suas escolas públicas estaduais.

Gráfico 2 – Média percentual da quantidade de efetivo e ACT, na REESC, por município selecionado, entre os anos de 2011 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

De acordo com o Gráfico, entre os anos de 2011 a 2017, os municípios com média maior que 60% de ACT em relação ao número de efetivos, foram: Tubarão (63,26%), seguido por Itajaí (63,13%), Curitiba (62,51%), Florianópolis (60,78%) e São José (60,48%). Os demais municípios têm a média de ACT maior que 50%, na sequência, em ordem crescente, estão: Jaraguá do Sul (59,31%), Caçador (56,23%), Blumenau (55,49%), Chapecó (55,49%), Joinville (54,59%), Lages (52,75%) e Criciúma (50,61%).

Tubarão é o município com a maior média em quantidade de professores temporários, com pouco mais de 100 mil habitantes, onde em 2011 a quantidade de professores ACT e efetivos era de 289 e 264 docentes, respectivamente. Porém, a partir do ano seguinte o quadro mudou drasticamente! Em 2013 eram 30% efetivos e 70% ACT. Itajaí vem na sequência com alto contingente de temporários, sendo que em 2017 chegou a 72%, contra 28% de efetivos. Também em 2017 no município de Curitiba contabilizou-se apenas 213 professores, entre efetivos e temporários, em razão de ser o município da análise com a menor população, em torno de 40 mil habitantes. Os municípios da Grande Florianópolis vêm na sequência das médias mais altas de ACT.

O número de professores efetivos e temporários da Educação Básica da REESC, nos municípios selecionados, durante o período de 2011 a 2017, foi

organizado na tabela seguinte, evidenciando o cenário da contratação dos professores em cada município estudado.

Tabela 6 – Quantidade de professores efetivos e temporários da Educação Básica da REESC nos municípios mais populosos das Mesorregiões de Santa Catarina, entre os anos de 2011 a 2017.

Anos		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média %
Municípios	Docentes								
Joinville	Efetivo	564	522	563	609	639	612	582	45,41
	ACT	667	823	825	692	645	599	695	54,59
Jaraguá do Sul	Efetivo	184	145	167	183	207	174	180	40,69
	ACT	212	295	271	260	269	263	242	59,31
Florianópolis	Efetivo	503	408	384	503	555	494	440	39,22
	ACT	613	763	751	706	652	789	827	60,78
São José	Efetivo	241	192	201	259	311	296	256	39,52
	ACT	313	436	384	391	343	394	419	60,48
Blumenau	Efetivo	479	435	432	453	469	417	398	44,51
	ACT	467	574	557	573	562	581	533	55,49
Itajaí	Efetivo	176	159	158	188	178	157	139	36,87
	ACT	215	272	282	255	297	333	352	63,13
Chapecó	Efetivo	393	352	343	397	424	377	339	44,51
	ACT	380	452	488	469	485	503	501	55,49
Caçador	Efetivo	137	122	143	160	171	157	142	43,77
	ACT	209	232	182	190	181	168	167	56,23
Criciúma	Efetivo	390	338	328	330	359	337	303	49,39
	ACT	275	310	378	340	327	415	417	50,61
Tubarão	Efetivo	264	229	185	237	240	224	201	36,74
	ACT	289	396	427	412	407	406	401	63,26
Lages	Efetivo	430	369	336	351	352	345	313	47,25
	ACT	297	389	351	387	443	410	507	52,75
Curitibanos	Efetivo	90	72	71	92	93	87	76	37,99
	ACT	140	142	128	135	138	125	137	62,51

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

Conforme os dados apresentados nesta Tabela, o município de Joinville, a cidade mais populosa do estado, apresentou oscilações na quantidade de docentes temporários e efetivos, sendo que destaque para os anos de 2012 e 2013, onde obteve os maiores números de ACT, 823 e 825, respectivamente. Este município

apresentou em torno de 5% a mais de ACT que efetivos, na média de todos os anos. Situação que consegue ser melhor que a da capital do estado, Florianópolis, e do município de São José, ambos situados na grande Florianópolis, e que fazem parte da mesma COREF, e se assemelham na política de contratação de professores temporários. Nestes, entre os anos de 2011 a 2017 nenhum dos dois municípios equiparou o número de ACT e efetivos. Longe disto! Em 2017 o número de temporários em Florianópolis chegou a 65% e em São José 62%.

O município de Itajaí apresentou uma média ruim para todos os anos, o número de professor ACT chegou a dobrar o de professores efetivos. É possível perceber esta diferença em quase todos os anos do estudo, mas chamo atenção para dados mais recente de 2017, no qual havia 139 efetivos e 352 ACT, ou seja, 213 professores temporários a mais em comparação aos efetivos.

Por outro lado, destaco o município de Chapecó, que em 2011 apresentou mais efetivo que ACT, mas a partir do ano seguinte até 2017, o quadro muda. A quantidade de temporários passa a superar em número de efetivos. Neste sentido, Caçador e Curitibanos apresentaram situação contrária aos demais municípios, posto que a quantidade de ACT diminuiu em 2017 quando comparado a 2011.

As escolas da REESC no município de Criciúma, 20ª GERED, apresentou a menor média de docentes temporários entre os demais municípios da análise. Esta cidade possui número populacional aproximado ao município de Itajaí, com pouco mais de 200 mil habitantes, logo, o alto índice de contratos temporários em Itajaí não se explica pelo tamanho populacional. Em 2011 e 2012, as escolas da REESC de Criciúma contavam com um número maior de efetivos em relação aos ACT, mas a partir de 2013 inverte a proporção com aumento de temporários, já ultrapassando os efetivos. Quando comparado o ano de 2011 e 2017, noto uma quantidade bem maior de ACT, ou seja, 142 professores temporários a mais neste município. Situação semelhante aos municípios de Lages e Tubarão.

Quando se observa a quantidade de matrículas na REESC em cada município entre os anos de 2011 a 2017, nota-se que os números decrescem, assim como visto no panorama geral do Estado:

Tabela 7 – Quantidade de Matrículas na Educação Básica da Rede Estadual nos municípios estudados, entre os anos de 2011 a 2017

Municípios	Nº de matrículas na REESC						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Joinville	34.706	33.571	31.477	30.246	28.873	28.357	28.295
Jaraguá do Sul	11.106	10.929	11.322	10.781	10.249	9.651	9.373
Florianópolis	30.318	28.405	27.139	28.236	27.099	27.260	27.380
São José	14.829	13.914	13.546	13.699	12.833	12.763	12.958
Blumenau	26.154	25.984	24.954	24.373	22.839	22.427	21.611
Itajaí	12.996	13.507	12.524	11.019	11.062	11.053	10.641
Chapecó	21.172	19.604	19.604	19.398	19.252	18.888	18.313
Caçador	8.086	7.648	6.946	6.955	6.805	6.910	6.267
Criciúma	15.923	14.643	13.424	12.697	12.908	12.406	12.458
Tubarão	11.823	11.294	11.206	10.928	10.349	9.961	9.413
Lages	19.554	19.048	18.128	17.599	17.452	17.272	16.890
Curitibanos	6.293	6.118	5.655	5.386	5.346	5.156	4.905

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

Observa-se em alguns municípios que a quantidade de estudantes em 2011, em comparação a 2017, apresentou uma média de evasão ou de mudança de escolas em torno de dois mil estudantes, como exemplo de Itajaí e São José. Neste quesito, em dois municípios a situação parece ter se agravado sendo o caso de Joinville, onde ocorreu uma diminuição de 6.411 estudantes matriculados em escolas da rede estadual; e o caso de Blumenau, que reduziu 4.543 estudantes matriculados nesta Rede.

Para compreender este processo retomamos o estudo de Souza (2014), que afirma que os alunos estão migrando para as redes municipais ou particulares. O governo estaria considerando a municipalização um processo natural na REESC. Cabe lembrar que a articulação de duas instâncias de governo é garantida pela LDBEN, no qual, configura-se como regime de colaboração entre sistemas de ensino.

Em relação às etapas de ensino, segundo Seki *et al* (2017) com a adesão do Programa Mais Educação¹³ no Ensino Fundamental em 2017, por meio da ampliação da jornada escolar, trouxe consequências no aumento do número de temporários. Apontam que em 2015 o percentual de temporários na Educação Infantil ficou em 44% e no Ensino Fundamental cerca de 30%. Para visualizar a relação entre a quantidade de professores efetivos e ACT em cada etapa de ensino para cada município estudado, foi construída a Tabela 8, que segue:

¹³ O Programa Mais Educação teve seu prazo de adesão encerrado em dezembro de 2017 no ensino fundamental, é uma estratégia do MEC em induzir a educação integral nas redes estaduais e municipais, com objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática nesta etapa, por meio da ampliação da jornada para no mínimo sete horas diárias (BRASIL, 2018b).

Tabela 8 – Quantidade de professores efetivos e temporários para cada etapa de ensino da Educação Básica da REESC nos municípios mais populosos das Mesorregiões de Santa Catarina, entre os anos de 2011 a 2017.

Anos		Etapas de Ensino																				
		2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017		
Municípios	Docentes	F1 ¹⁴	F2 ¹⁵	EM ¹⁶	F1	F2	EM	F1	F2	EM	F1	F2	EM	F1	F2	EM	F1	F2	EM	F1	F2	EM
Joinville	Efetivo	153	291	400	121	269	374	110	279	420	116	301	477	127	320	488	124	301	464	107	281	449
	ACT	225	224	350	209	335	444	209	308	439	181	254	375	155	269	355	138	223	308	152	250	384
Jaraguá do Sul	Efetivo	54	89	126	30	66	112	37	85	132	39	74	148	41	89	160	31	87	137	38	85	141
	ACT	65	61	131	81	112	161	72	87	154	59	89	160	72	97	159	72	97	162	58	86	146
Florianópolis	Efetivo	152	231	277	106	196	232	99	178	220	145	196	301	148	232	318	129	199	300	117	191	278
	ACT	266	195	229	249	300	309	262	259	340	216	269	314	212	253	257	258	309	309	258	326	316
São José	Efetivo	87	123	125	59	99	116	68	86	124	84	108	142	97	131	165	100	125	160	77	110	140
	ACT	99	106	108	120	158	134	115	125	140	118	122	137	116	124	135	140	145	162	160	153	169
Blumenau	Efetivo	154	243	257	131	216	251	135	216	257	142	205	273	149	231	262	127	216	249	122	216	240
	ACT	183	129	181	196	201	231	211	177	230	212	189	236	226	225	205	213	233	225	199	222	229
Itajaí	Efetivo	44	60	117	27	51	107	20	51	126	41	64	139	40	51	128	34	55	118	29	43	109
	ACT	65	57	132	75	81	154	79	70	150	69	66	146	68	98	188	81	97	181	74	105	218
Chapecó	Efetivo	117	246	260	96	228	237	105	220	243	129	240	273	123	271	282	119	250	252	97	238	239
	ACT	175	158	130	188	208	166	202	204	188	183	195	203	183	223	207	173	210	186	165	235	217
Caçador	Efetivo	35	80	68	24	69	69	36	75	81	47	82	90	47	95	99	42	109	86	39	91	74
	ACT	71	77	62	77	88	84	60	52	80	56	77	84	54	81	70	48	78	62	54	92	60
Criciúma	Efetivo	82	236	245	65	199	222	61	180	220	63	178	232	67	189	244	68	191	217	65	171	187
	ACT	77	79	127	58	118	171	106	129	174	81	118	177	97	123	148	100	167	194	78	161	211
Tubarão	Efetivo	84	146	115	58	124	110	44	96	98	63	118	140	65	144	122	71	141	113	63	116	104
	ACT	114	77	51	141	144	95	140	134	133	147	131	99	143	158	83	136	149	86	122	143	104
Lages	Efetivo	131	255	265	99	215	222	91	193	216	103	203	218	99	216	222	93	218	232	83	202	208
	ACT	136	71	87	145	160	152	124	133	139	110	125	151	129	165	164	130	162	146	153	177	196
Curitibanos	Efetivo	35	47	44	26	41	35	22	44	35	29	49	45	27	58	47	28	55	42	22	41	40
	ACT	50	44	33	54	61	43	53	47	41	42	48	55	46	64	55	33	60	53	42	54	56

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

¹⁴ F1: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

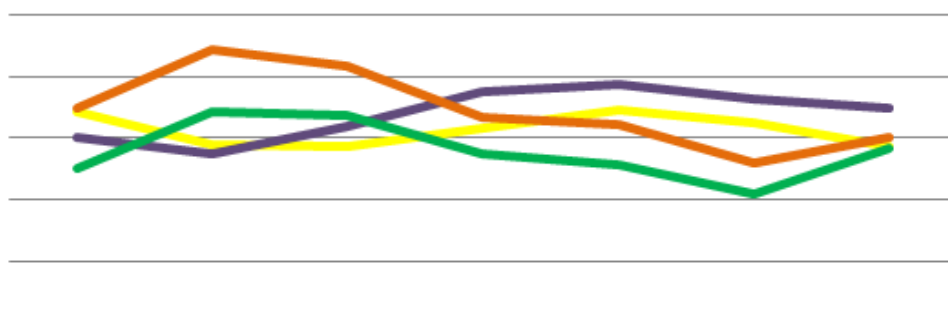
¹⁵ F2: Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

¹⁶ EM: Ensino médio.

Entre as etapas da Educação Básica, isto é, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, considere mais importante tabular o ensino fundamental, ramificando em anos iniciais (identificado na Tabela com a sigla Fundamental 1– F1) e anos finais (identificado como F2), e o ensino médio, já que a educação infantil não representa prioridade das redes estaduais e somente Florianópolis apresentou professores, vinculados à REESC, nesta etapa de ensino, sendo todos docentes temporários¹⁷.

O norte Catarinense tem como destaque o município de Joinville, que como ilustrado a seguir no gráfico 2, apresentou uma mudança no quadro de docentes a partir de 2013. Ocorreu um aumento de efetivos no ensino fundamental e médio, e uma queda no número de ACT também em ambas as etapas de ensino. O município não apresentou em nenhum dos anos um percentual maior de efetivos que de ACT nos anos iniciais do ensino fundamental. Situação que não se assemelha aos anos finais do EF e com o EM, no qual apresentaram um número mais elevado de efetivos do que ACT a partir de 2014 até o ano passado.

Gráfico 3 – Quantidade de professores efetivos e ACT no Ensino Fundamental e Ensino Médio da REESC no município de Joinville, entre os anos de 2011 a 2017



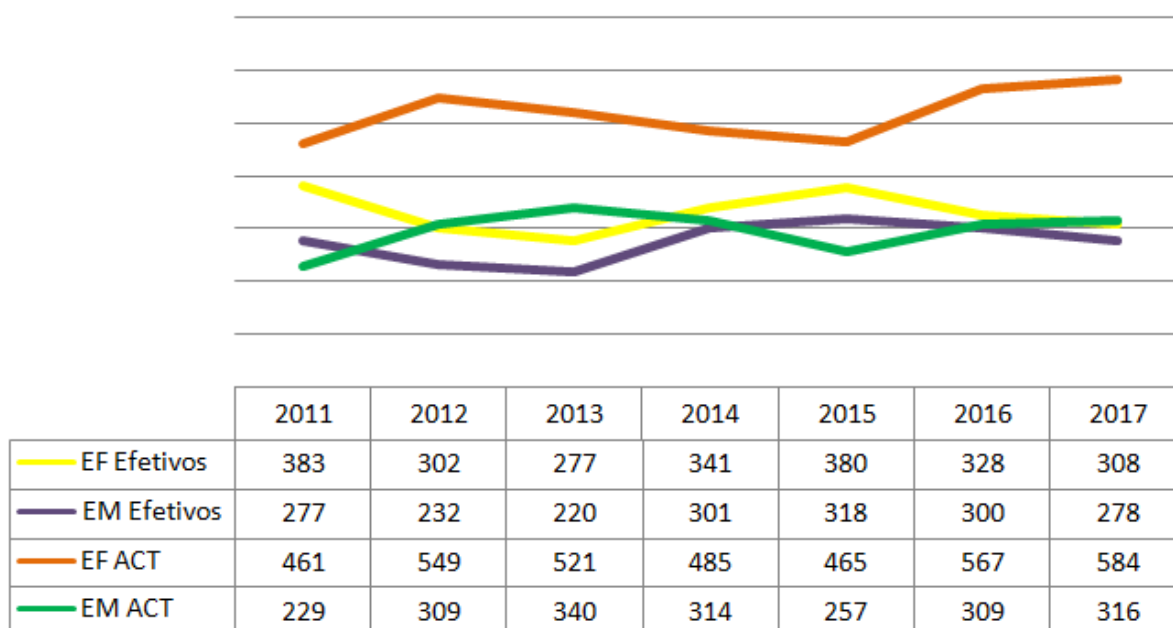
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
EF Efetivos	444	390	389	417	447	425	388
EM Efetivos	400	374	420	477	488	464	449
EF ACT	449	544	517	435	424	361	402
EM ACT	350	444	439	375	355	308	384

Fonte: BRASIL. MEC. INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2018). Elaborado pela Autora.

¹⁷ Como dito, foi localizado docentes vinculados à REESC atuando na Educação infantil apenas no município de Florianópolis, sendo que no ano de 2011 tinha apenas dois professores ACT, chegando em 2017 com um total de dez ACT.

Assim como o município citado anteriormente, Florianópolis também se destaca entre os municípios da grande Florianópolis, mas ao contrário de Joinville, a situação deste município, capital de SC, é preocupante quanto ao elevado número de professores temporários. Para melhor ilustrar, foi construído um gráfico semelhante ao anterior.

Gráfico 4 – Quantidade de professores efetivos e ACT no Ensino Fundamental e Ensino Médio da REESC no município de Florianópolis, entre os anos de 2011 a 2017



Fonte: BRASIL. MEC. INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011 a 2017) (BRASIL, 2018). Elaborado pela Autora.

Neste gráfico o primeiro ponto que destaque é para a linha laranja que representa o professor ACT do ensino fundamental na REESC. Nota-se um distanciamento em relação às demais linhas. Isto explica que o número de ACT no ensino fundamental como um todo, apresentou uma quantidade sempre mais elevada que de professores efetivos durante este período. A linha amarela e roxa só aparecem mais altas que a linha verde nos anos de 2011 e 2015, ou seja, em apenas dois momentos, num total de sete anos, o número de efetivos ficou maior que os ACT. Os quais ocorreram nos anos iniciais do EF e EM de 2011, e no EM de 2015.

Situação parecida no outro município pertencente à mesorregião da grande Florianópolis, São José. Em 2011 o município apresentou maior número de

professores efetivos que ACT no F2 do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Somente em 2014 a quantidade de efetivos volta a ultrapassar temporários no EM, situação que se repete no ano de seguinte no F2 e EM.

Os dois municípios do Vale do Itajaí apresentaram realidades diferentes. De um lado está Blumenau, que em quase todos os anos do período em estudo teve mais funcionários efetivos que ACT, no F2 e EM. Do outro lado está o município de Itajaí que, assim como Florianópolis, também apresenta um grande contingente de profissionais temporários. O município só apresentou um número maior de efetivos que ACT em 2011, no F2, no qual ultrapassou por apenas três professores, eram 60 efetivos e 57 ACT. Situação longe de gerar esperanças, já que no ano seguinte, para a mesma etapa apresentou uma reversão de 30 professores ACT a mais que efetivos.

Os representantes do Oeste Catarinense tiveram um panorama regular em relação à contratação de professores temporário em comparação aos demais municípios selecionados. Chapecó em todos os anos superou o número de ACT em relação aos professores efetivos no F2 e EM, mas no F2 não superou em todos os anos o número de ACT com efetivos. Caçador apresentou algumas oscilações em relação às etapas F2 e EM. Neste município também é possível identificar, como característica comum de todos os municípios, o alto contingente de temporários no F1 do Ensino Fundamental.

Ao Sul Catarinense, destaco o município de Criciúma, que ao logo dos anos dentro do período, até o ano passado, permaneceu com um número mais elevado de efetivos que ACT, no F2 e EM. Quanto ao F1 os professores ACT ultrapassaram os efetivos já em 2013. E no EM foi diminuindo a diferença a cada ano ao ponto de virar em 2017, tendo mais substituto do que efetivos. Criciúma ainda sim, foi o município que mais conseguiu manter no seu quadro de funcionários da REESC professores efetivados. Assim como este, Lages, um dos representantes serrano, obteve situação parecida, manteve-se com mais professores efetivos no F2 e EM, mas também deixando a desejar no F1 do EF, com alto número de ACT em comparação a efetivos.

Infelizmente os dados mostram uma realidade cruel sofrida pelos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na REESC, de 12 municípios estudados, num período de sete anos, somente o município de Criciúma apresentou um maior

número de professores efetivos do que professores temporários na F1, mas que logo foi ultrapassado em 2013, apresentando uma diferença de quase 40 professores ACT a mais que efetivos. Portanto, os ACT estão predominantemente, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, geralmente com representantes das áreas de pedagogia, artes e educação física.

Ao analisar somente os dados de 2017, de 12 municípios, metade apresentou uma quantidade maior de ACT do que efetivos atuando na F1, F2 e EM. Sendo a F2 e EM as etapas que compõe professores, na sua maioria ACT, representantes das diferentes disciplinas das áreas de conhecimento, inclusive as minhas, Ciências e Biologia. Em Joinville, o número de ACT permaneceu menor que efetivos somente no F2 e EM, assim como, os municípios de Chapecó e Lages. Já as cidades de Blumenau e Caçador, ambas apresentaram uma quantidade maior de efetivos do que ACT atuando no EM, e por fim, Criciúma que teve maior número de efetivos somente no F2.

3.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REESC

Estudos sobre a precarização do trabalho em diversos setores brasileiro, normalmente buscam analisar o contexto histórico do país. No que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho, Fernandes (2010) aponta em seu estudo, que tais transformações ocorridas em décadas passadas, estão associadas ao desemprego, transferências de responsabilidades, antes do empregador, agora ao trabalhador, assim como, ao crescimento da informalidade e flexibilização das formas de contratação.

O trabalho docente também se encontra inserido no contexto destas transformações advindas do neoliberalismo. Segundo as autoras Maciel e Previtali (2012, p. 123):

Os professores têm sofrido relativa precarização nos aspectos relativos à empregabilidade. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, o arrocho salarial, o respeito a um piso nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias vindas dos processos de reforma do aparelho estatal têm tomado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

Para entender umas das faces da real situação dos docentes vinculados a REESC utilizei dados através dos Indicadores Educacionais, realizado pelo MEC/INEP, no qual atribui valor estatístico à qualidade do ensino.

Para este trabalho foi selecionado o percentual dos docentes que atuam no Ensino Fundamental e Ensino Médio, por Indicador de Esforço Docente na REESC, e o percentual de escolas, segundo faixa do Indicador de Regularidade do Docente (IRD) na REESC. O recorte temporal se reajustou para o período de 2013 a 2016, devido à disponibilidade destes dados pelo MEC/INEP nos outros anos.

O Indicador de Esforço Docente, segundo a nota técnica nº 039 (BRASIL, 2014, p. 1), pode ser entendido da seguinte forma:

[...] o esforço empreendido pelos docentes no exercício da profissão é uma característica que não se pode acessar e mensurar diretamente, no entanto esse estudo considera que esse construto se revela através de um conjunto de variáveis tomadas como definidoras do esforço do trabalho docente [...] Foram consideradas na análise do esforço docentes as seguintes características do docente, todas retiradas do Censo da Educação Básica de 2013: (1) número de escolas em que atua; (2) número de turnos de trabalho; (3) número de alunos atendidos e (4) número de etapas nas quais leciona. As variáveis criadas para representar tais atributos são do tipo ordinal, nas quais as categorias mais elevadas indicam maior esforço por parte do professor. Desta forma, conhecendo-se essas características de um docente é possível mensurar o esforço latente e posicioná-lo em uma escala de esforço despendido na atividade (BRASIL, 2014, p.1).

Este indicador classifica o docente em níveis de 1 a 6, os quais são:

Nível 1 - Docente que, em geral, tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.

Nível 2 - Docente que, em geral, tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.

Nível 3 - Docente que, em geral, tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.

Nível 4 - Docente que, em geral, tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.

Nível 5 - Docente que, em geral, tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

Nível 6 - Docente que, em geral, tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas. (BRASIL, 2014, p.1).

A partir destas informações e dados, foi tabulado por ano, entre 2013 a 2016, o percentual dos docentes que atuam no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio por Indicador de Esforço Docente na REESC.

Tabela 9 – Percentual de docentes por Indicador de Esforço Docente na REESC, entre os anos de 2013 a 2016

Anos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6
2013	6,6	5,0	27,2	38,7	17,1	5,4
2014	7,0	5,0	27,1	39,0	16,3	5,6
2015	7,0	5,5	27,9	39,1	15,3	5,2
2016	6,8	5,7	27,8	39,9	14,5	5,3

Fonte: BRASIL. MEC. INEP. Indicadores Educacionais. Esforço Docente (2013 a 2016). Elaborado pela Autora.

Com base nestes dados é possível identificar que o 1º lugar na intensificação do trabalho está no nível 4, em 2º lugar está no nível 3 e em 3º lugar aparece o nível 5. O nível 4 caracteriza a maior parte dos docentes da REESC, atingindo o percentual de 39,9% em 2016. Isto representa que os docentes da REESC neste ano tinham de 50 a 400 alunos e atuavam em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas de ensino. O nível 3 também expressa um alto percentual, com 27,8% em 2016, representando docentes que, em geral, tinham entre 25 e 300 alunos e atuavam em um ou dois turnos, em uma única escola e etapa ensino. Estes dados mostram que quanto maior o número de matrículas atendidas pelo docente, maior é a chance dele atuar em mais escolas, turnos ou etapas. Quantidade de alunos, de turnos e etapas de ensino para um mesmo professor representa a intensificação do trabalho docente e pode indicar precarização do trabalho, quando relacionado com pouco tempo reservado para preparar aulas, corrigir trabalhos, e outras tarefas que fazer parte da sua função.

Este fenômeno existe, segundo Latorre (2013), pelos baixos salários dos professores, especialmente os temporários, que acabam comprometendo-se com mais aulas no intuito de aumentar a renda. Abrem mão de suas horas atividade para dar mais aulas, deixando para fazer em seu tempo fora do trabalho, às atividades extraclases. Este aumento da carga horária e da exploração e intensificação do trabalho são incentivados pelo governo, que tem uma política de pagamento por aulas extras.

O Indicador de Regularidade Docente (IRD), segundo a nota técnica nº 11 (BRASIL, 2015), têm como finalidade avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir da observação da permanência dos professores nas escolas. Sendo que cada docente é contado uma única vez em cada escola em

que atua. Possibilitando assim, uma análise da rotatividade dos docentes nas escolas da educação básica. As notas indicam que:

1) O indicador tem por objetivo avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir da observação da permanência dos professores nas escolas nos últimos cinco anos (2009 a 2013). Para cada docente em cada escola foi atribuída uma pontuação de forma que fosse valorizado: o total de anos em que o docente atuou na escola nos últimos 5 anos, a atuação do docente na escola em anos mais recentes e a atuação em anos consecutivos. O Indicador de Regularidade do Docente (IRD) varia de 0 a 5, quanto mais próximo de 0, mais irregular é o vínculo do docente com a escola e quanto mais próximo de 5, mais regular é esse vínculo. O indicador de regularidade de cada escola é obtido a partir da média do indicador de regularidade de seus docentes, e representa assim, a regularidade média do corpo docente da escola. As escolas foram classificadas pelas seguintes faixas do indicador de regularidade:

- Baixa regularidade (IRD médio igual ou menor que 2);
- Média-baixa (IRD médio maior que 2 até 3);
- Média-alta (IRD médio maior que 3 até 4);
- Alta (IRD médio maior que 4 até 5).

A tabela apresenta o percentual de escolas da respectiva agregação em cada uma dessas faixas.

2) Inclui os professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma desenvolvida em curso de modalidade de educação a distância (BRASIL, 2015).

A partir destas informações, foi tabulado por ano, entre 2013 a 2016, o percentual de escolas segundo faixa do Indicador de Regularidade do Docente (IRD) na REESC.

Tabela 10 – Percentual de escolas segundo faixa do Indicador de Regularidade do Docente (IRD) na REESC, entre os anos de 2013 a 2016.

Anos	Baixa regularidade (0- 2)	Média-baixa (2- 3)	Média-alta (3- 4)	Alta (4- 5)
2013	19,7	64,4	15,9	0,0
2014	0,0	40,0	60,0	0,0
2015	24,3	68,0	7,5	0,2
2016	26,9	68,4	4,6	0,1

Fonte: BRASIL. MEC. INEP. Indicadores Educacionais. Regularidade do Docente (2013 a 2016). Elaborado pela Autora.

De acordo com os dados apresentados na tabela, verifico que na maioria dos anos o vínculo de docentes com as escolas da REESC possui valor do IRD em Média-baixa, ou seja, média maior que 2 até 3. Isso denota uma média baixa regularidade do corpo docente das escolas de educação básica da REESC. Possivelmente os professores não tiveram tempo suficiente para criar vínculos com

a escola e alunos e, até mesmo, para desenvolver trabalhos e projetos que demandassem um tempo maior de permanência na escola.

Estamos muito longe de atingir um IRD alto, isto se confirma pelo alto número de professores temporários na REESC. Dados de 2016, obtidos pelo censo do INEP, registraram 1.254 escolas na REESC, atendendo 527.494 estudantes da região urbana e rural, e apresentando valor total de 24.892 docentes, sendo destes, 14.416 temporários e 10.476 efetivos. Ano que coincide com o maior número de escolas em situação média baixa quanto à regularidade do corpo docente.

As formas temporárias de trabalho contribuem para o aumento de instabilidade e precariedade do trabalho docente por muitos motivos, dentre eles: perdas de garantias previdenciárias, ausência de planos de cargos e salário, arrocho salarial, queda nas taxas de sindicalização, redução de greves (OLIVEIRA, 2004). Além destes, o contrato temporário dificulta trabalhos formativos junto à escola e aos estudantes. O curto tempo dos contratos também dificulta várias dimensões pedagógicas no que se refere a trabalhos interdisciplinares, a realização de projetos na escola, acompanhamento continuado do desempenho dos estudantes, assim como, na aplicação daquilo que é previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

Em síntese, nesta seção foi possível evidenciar diferentes análises através dos dados selecionados, na intenção de construir um panorama da situação dos professores temporários na REESC. A partir dos resultados algumas conclusões foram tiradas, dentre estas, o grande número de professores ACT em SC é considerado como parte da política de contratação de docentes, há anos no estado. Realidade diferente dos demais estados da Região sul. Além disto, os dados evidenciam que a situação se agrava ainda mais nos municípios de Joinville, Jaraguá do sul e na capital, Florianópolis, como ilustrado no Gráfico 1. Quanto à etapa da educação básica com maior agravante nos anos iniciais do ensino fundamental, no qual obteve maior número de professores ACT que efetivos, durante o período analisado.

Certamente a análise foi dificultada pela disponibilidade de dados, que alteraram o recorte temporal deste trabalho. Também enfrentei dificuldades com os dados da SED/SC, que como já citado neste texto, não foi possível utilizar. Assim como, não consegui encontrar dados sobre os docentes por tipo de contratação para

cada área de conhecimento, já que a intenção também era analisar a situação dos professores temporários nas disciplinas de Ciências e Biologia, os quais fazem parte da minha área de atuação como Bióloga.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio proposto para esta pesquisa foi de investigar a prática de contratação temporária de docentes na Educação Básica da Rede Pública do Estado de Santa Catarina, buscando compreender a temporariedade docente enquanto política do governo do Estado no campo da educação e a sua relação com o processo de precarização do trabalho e desvalorização docente. Para atingir este objetivo, foi preciso: se atentar para os aspectos históricos referentes às mudanças no mundo do trabalho, e seus reflexos sobre a educação pública atual; entender o contexto organizacional de Santa Catarina e da REESC; conhecer a legislação que ampara a contratação temporária no âmbito estadual e federal; e mapear a contratação de professores temporários para educação básica na REESC, identificando mudanças e continuidades como práticas da política do Estado.

Sobre as leituras dos textos selecionados para o levantamento, foi possível perceber que havia sempre um movimento inicial de envolver os contextos históricos associados às transformações das formas de trabalhos, em tempos passados, com os impactos refletidos sobre a atividade docente no país. Como exemplos, os artigos de Viebrantz (2008) e Milani e Fiod (2008), que apontam que há décadas, mais especificamente no século XXI, ocorreram fortes mudanças no mundo do trabalho. Estas transformações trouxeram consequências que são refletidas na educação pública, com contratos temporários de professores.

Foi possível perceber a partir das leituras que a existência do professor com contrato temporário não era apenas um fenômeno isolado que ocorria em Santa Catarina, pesquisadores já revelam a existência desta forma de contratação em outros estados brasileiros. A terminologia ACT é utilizada para designar os professores temporários de Santa Catarina, este mesmo profissional é conhecido nos diferentes estados por outras denominações. Contudo, mudam-se somente os nomes, mas na essência, seguem o mesmo sistema. O professor temporário parece não ser um problema para o governo, ao contrário disto, tornou-se a solução encontrada para reduzir ainda mais gastos e investimento na educação.

Até mesmo a legislação contribuiu para o aumento na quantidade de professores temporários, quando a Constituição Federal (BRASIL, 1988) deixa

brechas para a legalidade desta contratação. No artigo 37, o inciso IX, do mesmo Artigo, a lei permite a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público (BRASIL, 1988). No entanto, como analisa Gomes (2017) um alto número de professores ACT não é uma situação que configura uma medida excepcional, mas como uma política abusiva que vem se repetindo ao longo de anos no Brasil.

A situação da REESC sob um panorama nacional foi retratada na reportagem mencionada nas dissertações de Souza (2014) e Neto (2016). Segundo a reportagem publicada em maio de 2013 no portal UOL Educação, Santa Catarina, a partir dos dados do Censo Escolar de 2012, atingiu a sexta posição do ranking dos estados brasileiros com maior número de professores temporários na rede estadual, a REESC só ficou atrás dos Estados: Espírito Santo, Mato Grosso, Acre, Ceará, e Mato Grosso do Sul. Alguns textos permitem afirmar que a estratégia de contratar grande contingente de professores ACT, já ocorria desde os anos 1990 na REESC. De acordo com Souza (2014), quase metade dos professores estaduais de Santa Catarina estavam sob contratação temporária. Mas a situação foi se agravando ao longo dos anos, como se revela através dados apresentados na seção 3 deste trabalho.

A partir das leituras dos textos para o levantamento, todos (VIEBRANTZ, 2008; GATTI, 2012; NAUROSKI, 2014; SANTOS, 2016; VECCHIO DOS SANTOS, 2016) evidenciaram que contratos temporários para professores, tornam o trabalho docente ainda mais precarizado, já que tal precarização, apesar da estabilidade, também ocorrem com os professores efetivos. Estes profissionais estão longe de ter uma profissão com privilégios, independente da sua forma de contrato. As condições de trabalho são geralmente precárias, com alta carga horária, pouco tempo para atividades extraclasse, baixos salários, salas de aula superlotadas. A situação dos temporários se agrava pela instabilidade, dificultando ainda mais os processos pedagógicos com os estudantes e a própria escola, pela grande rotatividade destes profissionais.

Os professores na maioria deles se queixam pela falta de reconhecimento da sociedade, das instituições, mas se sentem ainda mais desanimados quando percebem que o próprio governo e a legislação não os reconhecem como deveriam. A desvalorização da profissão docente só tem aumentado ao longo dos anos. A falta

de representação social, do retorno financeiro e da posição ou status que ocupam em relação à educação, podem determinar um aumento da insatisfação dos professores sobre a profissão docente (NAUROSKI, 2014).

Em síntese a seção 2 deste trabalho, pude apontar três fatores que contribuem, fortemente para gerar contratos temporários na REESC, dentre eles estão: o interesse dos governos em conter ou reduzir os gastos com educação; a ausência de regularidade nas aberturas de concursos públicos de ingresso no magistério, sendo que de acordo com o PEE/SC, o estado deveria assegurar a realização de concursos públicos periodicamente, mas esta longe de ser uma realidade, já que há longos espaços de tempo entre um concurso e outro; outro fator é que para o trabalhador docente restam poucas alternativas em situação de desemprego, sendo a contratação temporária, por muitas vezes, a única oportunidade de inserção ao mercado de trabalho; estes profissionais, estando sob contrato temporário, acabam sendo pressionado a aceitar ou ao menos tolerar as condições precárias de trabalho que possuem.

A última seção deste trabalho evidenciou que os municípios com média maior que 60% de ACT em relação ao número de efetivos, foram: Tubarão (63,26%), Itajaí (63,13%), Curitibanos (62,51%), Florianópolis (60,78%) e São José (60,48%). Os demais municípios têm a média de ACT maior que 50%, sendo eles: Jaraguá do Sul (59,31%), Caçador (56,23%), Blumenau (55,49%), Chapecó (55,49%), Joinville (54,59%), Lages (52,75%) e Criciúma (50,61%). Foi possível notar que entre os municípios selecionados, mesmo sendo da mesma mesorregião, não fazem parte da mesma Gerência Regional de Educação (GERED), por isso se diferenciam, com exceção da capital Florianópolis e o município São José, ambos estão dentro da grande Florianópolis, fazem parte da mesma GERED e se assemelham nos problemas de excesso de ACT, como demonstrado desde o início do recorte temporal deste estudo.

A supremacia trazida no título deste trabalho não caracteriza um poder ou um status, e sim uma predominância quantitativa, caracteriza superioridade e intensidade incontestável na quantidade de professores temporários na REESC, já que os dados evidenciam esta problemática há anos nesta rede.

A partir dos dados pude perceber uma cruel realidade sofrida pelos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na REESC, no qual, predominou um grande número de professores entre os municípios analisados, geralmente são professores das áreas de pedagogia, artes e educação física. Mas não só nesta etapa de ensino ocorre um alto contingente de ACT, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, também revelam faces da precarização do trabalho docente na REESC. Um dos dados que permitiu caracterizar o docente da REESC, foi o indicador do esforço docente. Estes dados evidenciam que entre os anos de 2013 a 2016, o nível 4 deste indicador caracterizou a maior parte dos docentes da REESC, atingindo 39,9% em 2016, ou seja, neste ano a maioria dos professores tinham de 50 a 400 alunos e atuavam em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas de ensino.

A REESC também parece estar muito longe de atingir um Indicador de Regularidade Docente alto, ou seja, o vínculo de docentes com as escolas da REESC possui valor do IRD em Média-baixa. Condições que podem indicar alto número de professores temporários na REESC, e como consequência, o aumento da precarização do trabalho docente. O professor contratado por um curto tempo precisará atuar em mais escolas, turnos ou etapas, na intenção de complementar sua renda, representando uma intensificação do seu trabalho. Além disto, a temporariedade atribuída ao trabalho do professor gera uma intensa rotatividade de professores nas escolas, que não detém de tempo suficiente para criar vínculos com a escola e alunos e, até mesmo, para desenvolver trabalhos e projetos que demandassem um tempo maior de permanência na escola.

O presente trabalho foi realizado com muita carência de dados sobre o assunto, além das dificuldades na utilização das tabelas obtidas pela SED/SC que não apresentavam um título, tão pouco notas que permitisse compreender a forma que foram computados. Ainda assim, os dados do MEC/INEP utilizados para análise de dados, mesmo sendo essenciais para esta pesquisa, também trouxeram dificuldades pelo curto tempo (2011-2017) das publicações disponíveis na *internet* com dados estatísticos sobre a educação pública e os docentes. Por pior que seja a situação mostrada nestes dados, a realidade pode ser ainda pior nas escolas.

A fala da diretora daquela escola e as experiências vivenciadas pelos meus colegas e professores ACT, citadas na introdução deste texto, me fazem remeter a

minha própria formação. A licenciatura sempre me encantou, na sua essência, mas é impossível negar a realidade. O texto é endereçado especialmente aos educadores e aqueles que são comprometidos com a educação pública do país. Acredito na importância de divulgar esta e outras denúncias relacionadas à educação, na intenção de contribuir e incentivar as lutas por melhores condições de trabalho, por maior valorização destes profissionais, principalmente vindo da própria sociedade.

O texto tem caráter de denúncia e demonstra os graves efeitos sociais sobre a própria compreensão do papel do professor e da escola pela sociedade. E os dados quantitativos são indicativos para a discussão da precarização na educação. Em um país onde o governo não valoriza a educação, no qual considera a profissão docente como uma forma de mercadoria e a iniciativa privada como “solução” dos problemas, me faz pensar: Quem então pode tornar os professores mais valorizados? Neste sentido, este trabalho permite a reflexão e apresenta elementos para sociedade compreender a realidade dos professores. Essencial para o reconhecimento profissional dos educadores e no incentivo as lutas e reivindicações.

Com a construção deste trabalho pude compreender alguns aspectos num contexto maior sobre a educação pública, sobre a profissão docente e as formas de contratação que predominam no Estado. Entender as dificuldades que possivelmente irei enfrentar como professora de ciências e/ou biologia me coloca numa posição realista sobre as situações enfrentadas. É importante que os dados utilizados neste trabalho sejam amplamente divulgados para a sociedade, a fim de permitir que as informações sejam transparentes e que a população possa saber mais da educação nos últimos anos. Além disto, espero que as discussões e reflexões geradas neste trabalho possam alcançar os licenciados da minha área e também de outras, e que possa servir de incentivo para buscarem mais diálogos com a educação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, maio 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BASILIO, Juliana Regina. Professor eventual: bico e desemprego na escola pública paulista. 2009. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/juliana_regina_basilio_professor_eventual_bico_e_desemprego_escola_publica_paulista.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BASILIO, Juliana Regina. Contratos de Trabalho de Professores e a Construção da Condição Docente na Escola Pública Paulista (1974-2009). 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BASSI, Marcos Edgar; DEBOVI, Andréia; SANDRINI, Nádia Maria Soares. Carreira e remuneração do magistério público da educação básica no sistema de ensino estadual de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

BASSI, Marcos Edgar; FERMINO, Phelipe Pires. POLÍTICA DE FUNDOS E EDUCAÇÃO BÁSICA EM SANTA CATARINA. Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Tubarão, v. 6, n. 10, p.345-358, 2012.

BERGMANN, Luana. Para se Aproximar da Realidade: um balanço da produção científica brasileira sobre a relação entre o público e o privado na educação, com foco no instituto ayrtonsenna. Dissertação de Mestrado UFSC, Florianópolis, 2009.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa Populacional. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores Educacionais. Esforço docente. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores Educacionais. Nota técnica Indicador de Esforço Docente. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_esforco/nota_tecnica_indicador_docente_esforco.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores Educacionais. Nota técnica Indicador de regularidade do docente da Educação Básica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_regularidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=3177321>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mais Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2011 (online). BRASIL, INEP 2012. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 (online). BRASIL, INEP 2013. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2013 (online). BRASIL, INEP 2014. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2014 (online). BRASIL, INEP 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 (online). BRASIL, INEP 2016. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2016 (online). BRASIL, INEP 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2017 (online). BRASIL, INEP 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>>. Acesso em: 17/jul/2017

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick. O TRABALHO DOCENTE E CONDIÇÕES DE EMPREGO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: COMPARATIVO DA CONJUNTURA NACIONAL COM AS REIVINDICAÇÕES SINDICAIS NO ESTADO DO PARANÁ. Reunião Científica Regional ANPED, Curitiba, p.11, jul. 2016.

DEBOVI, Andreia Kirsch; BASSI, Marcos Edgar. PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DE SANTA CATARINA. III Simpósio Sobre Formação de Professores – SIMFOP, Tubarão, p.9, mar. 2011.

FERNANDES, D.C. Precarização do trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

FINAMOR NETO, João Genaro. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GATTI, Bernardete A.. RECONHECIMENTO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE CARREIRA DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/07.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GOMES, Thayse. Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: Implicações para a categoria docente. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LADISLAU, Decio Escobar de Oliveira. O professor de Biologia do ensino médio e o mercado de trabalho de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Decio_Escobar_Oliveira_Ladislau/publication/318045064_O_professor_de_Biologia_do_ensino_medio_e_o_mercado_de_trabalho_de_Santa_Catarina/links/5956fdb3458515ea4c5d0e54/O-professor-de-Biologia-do-ensino-medio-e-o-mercado-de-trabalho-de-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LATORRE, Diego. O fenecer da educação capitalista: Estudo das condições dos trabalhadores temporários da educação (ACTs) no ensino público de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

MACIEL, Rosana Mendes; PREVITALLI, Fabiane Santana. A reestruturação produtiva e seus impactos no trabalho docente. 2012.

MIGUEL, Denise Soares. O TRABALHO TEMPORÁRIO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA. 1996. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MILANI, Noeli Zanatta; FIOD, Edna Garcia Maciel. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). 2008. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/320/69>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

NASCIMENTO, Cláudio Bento do. PROFESSORES EM REGIME DE CONTRATO TEMPORÁRIO: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NO RENDIMENTO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO CEARÁ. 2014. 30 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NAUROSKI, Everson Araujo. TRABALHO DOCENTE E SUBJETIVIDADE: A CONDIÇÃO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS (PSS) NO PARANÁ. 2014. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 05 jun. 2018.

OLIVEIRA, Dalila. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa. n.114, p. 179-195. 2001

PINTO, Isabela Rahal de Rezende. A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE DOCENTES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2003-2012). 37ª Reunião Nacional da Anped, Florianópolis, p.17, out. 2015.

ROCHA, Luciano Daudt da. Professores e gestão escolar no contexto da reforma do ensino médio: gerenciamento estatal da educação e a precarização do trabalho docente em Santa Catarina. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTA CATARINA. Com alto potencial econômico, SC está entre os melhores Estados do Brasil. Website. 2018. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc>> Acesso em: 05 jun. 2018.

SANTA CATARINA. Lei nº 1.139 de 28 de outubro de 1992. Dispõe sobre cargos e carreira do Magistério Público Estadual, estabelece nova sistemática de vencimentos, institui gratificações e dá outras providências.

SANTA CATARINA. Lei nº 16.794 de 14 de dezembro de 2015. Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências.

SANTA CATARINA. Lei Complementar n. 456 de 11 de agosto de 2009. Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

SANTA CATARINA. *Lei nº 16.861* de 28 de dezembro de 2015. Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República.

SANTA CATARINA. Oportunidades. Desenvolvimento. Website. 2018. Disponível em:
<<http://www.sc.gov.br/index.php/oportunidades/desenvolvimento/praquemvivenocampo>> Acesso em: 05 jun. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Concurso de Ingresso ao Magistério 2017. Disponível em:
<<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/6584-ingresso-magisterio>> Acesso em: 05 jun. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. ACT 2017. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/6586-act-2016>> Acesso em: 05 jun. 2018.

SANTOS, FRANCIELE DEL VECCHIO DOS. TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS ESTADUAIS PAULISTAS: o desafio do professor da categoria O.' 15/02/2016 153 f. Mestrado em EDUCAÇÃO ESCOLAR Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA, Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

SANTOS, João Batista Silva dos. PROFESSORES TEMPORÁRIOS DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO: ANÁLISE DA POLÍTICA DE PESSOAL DA PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SEKI, Allan Kenji *et al.* Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p.942-959, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em: 05 jun. 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. A mística da profissionalização docente. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: Universidade do Minho, vol. 16, n. 2, 2003.

SILVA, Elessandra; SILVA, Marcelo. As mudanças no mundo do trabalho na sociedade contemporânea e seus impactos na formação do trabalhador. In: *Simpósio internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente*. 5, 2009, Uberlândia. Anais... Florianópolis: UFU, 2009.

SOUSA, Ana Maria Borges de. **Do espaço escolar às ruas**: um olhar sobre O movimento dos trabalhadores em educação de Santa Catarina. 1994. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111418/97091.pdf?sequence=1>> Acesso em: 05 jun. 2018.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 48, p.53-47, jul. 2013.

SOUZA, Jéssica Ignácio de. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E CARREIRA DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA (2011-2014): a parcialidade na implementação do piso nacional e a (des)valorização docente. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VIEBRANTZ, Rosalir. MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DO TRABALHADOR TEMPORÁRIO EM EDUCAÇÃO: SABERES E AUTONOMIA OU SUBMISSÃO? *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, Campo Largo, v. 7, n. 1, p.20, jun. 2008.